



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO III • N.º 29 • SÃO PAULO, OUTUBRO DE 1959 • Cr\$ 5,00

CINCO DE OUTUBRO

Uma vez ainda, os portugueses comemoram no exílio ou sob a vigilância da Pide a data gloriosa de 5 de outubro. Mas sempre com um fervor que redobra na medida em que o regime salazarista se torna mais odioso ao Povo Português.

E, no entanto, esta data que os Portugueses Livres, quer os que vivem na Pátria amordaçada, quer os que tiveram de se expatriar, se preparam para festejar, reveste-se, este ano, de características bem diferentes. Não apenas em virtude de a criminosa ditadura salazarista debater-se cada vez mais claramente na agonia. Também por mais duas circunstâncias relevantes: a de os Democratas portugueses se acharem, em nosso País, mais oprimidos do que nunca, e ainda por que em ano algum a Renovação Republicana deve ter sido tão fartamente aclamada em terras estrangeiras como em 1959.

Com efeito, neste número de PORTUGAL DEMOCRATICO se regista, através dos seus correspondentes especiais espalhados pelo Mundo inteiro, que não há praticamente nenhum núcleo de portugueses que não festeje, a seu modo, o Dia da República. Na França ou no Canadá, na Venezuela ou no Brasil, em qualquer parte onde vivem portugueses que se consideram Homens Livres, preparam-se, no momento em que são redigidas estas notas, reuniões inúmeras, tôdas de caráter iminentemente republicano e, logo, democrático.

A este reacender de patriotismo não é estranho o nosso jornal. E não poderá considerar-se imodéstia nossa insistirmos, outra vez, na ação anti-salazarista de PORTUGAL DEMOCRATICO. Os fatos estão aí, de resto, para confirmar o que declaramos. As «colônias» portuguesas do Exterior, grandes e pequenas, agitam-se, na atualidade, num fervor dia a dia mais zeloso e eficiente, no propósito de oferecerem real colaboração ao gigantesco movimento que, por meios diversos, contribuirá decisivamente para a derrubada de Salazar.

Centenas de democratas portugueses estarão reunidos, em São Paulo, na noite de 5 de Outubro. Grupos de portugueses e democratas, porventura menos numerosos, mas sem dúvida animados pelo anseio único de oferecerem o seu contributo à redemocratização de Portugal, reunir-se-ão noutras cidades do Brasil, das Américas e da Europa. Em Lisboa, no Porto, em Coimbra e noutras cidades, vilas e aldeias lusitanas a «gestapo» salazarista estará mais vigilante do que nunca.

Para que no próximo ano os nossos amigos de Portugal possam comemorar a sua festa livremente é preciso que todos aqueles que, vivendo no estrangeiro, podem afirmar a sua dignidade de homens livres se unam ainda mais, transformando num movimento coeso e indestrutível esta actividade patriótica de pequenos grupos que, só agora, começam a juntar-se, graças a PORTUGAL DEMOCRATICO. Para combater melhor, unamo-nos mais ainda! E lutemos contra a opressão salazarista por Portugal!

VIVA PORTUGAL LIVRE!

PORTUGAL DEMOCRATICO



Duas Mentalidades

ADOLFO CASAI MONTEIRO

A graciosa invenção de chamar luso-português ao recente Colóquio de Salvador, sugerindo o confronto de duas mentalidades opostas, não só tem graça, como verdade. Confronto que ajudou a abrir os olhos de muita gente, da que precisa de ver para crer, e pôde ver, claramente visto, como certas personalidades oficiais portuguesas tiveram como fundamental preocupação não responder, sempre que haveria a dar alguma resposta, em fugir ao assunto, ia bulir com as "verdades" intocáveis do Estado Novo.

Essas personalidades deviam dar-se por muito felizes. Ninguém empanou o brilho das hipocrisias oficiais; ninguém aproveitou a oportunidade para fazer política, e tudo decorreu, até ao fim, na paz do Senhor. Se é certo que houve protestos brasileiros coisa perfeitamente compreensível, contra a presença de uma destacada figura política do salazarismo e das mais responsáveis (lamentável falta de senso por parte do governo português, diga-se de passagem), a verdade é que os anti-salazaristas portugueses que tomaram parte no Colóquio nada fizeram para o perturbar. Tiveram a grande delicadeza de se alhear disso, dentro do Colóquio, reservando-se, como é lógico, o direito de manifestar cá fora a sua opinião. E haverá quem os pretenda criticar por isto, aqui? Duvido, pois seria admitir que haja brasileiros interessados em fazer do Brasil, novamente, uma colônia...

E contudo, os representantes oficiais de Portugal não ficaram contentes, ao que se diz. O seu desgosto foi certamente, antes de mais nada, a presença de portugueses livres. Esta que grandemente honra a Universidade da Bahia, deve ter dado a Marcelo Caetano e seu sequito uma horrível sensação de lesa-majestade. Coisa que os brasileiros de certo nem podem supor, e por isso mesmo é que este artigo se escreve, a fim de tornar compreensível o que lhes há-de parecer absurdo.

E' preciso reparar, antes de mais nada, que o esteio-mor do Estado Novo é nem mais nem menos do que o Silêncio. Esse é o deus que preside a toda a sabida arquitetura da mentalidade salazarista. Que nunca se ouça uma voz discordante! — eis o sagrado princípio da Ordem. Discutir, eis o crime. Ora, mesmo quando não houvesse grande risco de discussões políticas, as vedetas do salazarismo não se sentiam garantidas contra o risco da Voz Discordante. O que esta pudesse dizer era o menos. O Mal era a existência dela, de uma voz que podia falar, sem que antecipadamente se pudesse saber o que ela iria dizer. Uma voz sem mordada, horror! — pior ainda, uma voz que os jornais (ah, essa imprensa brasileira, que libertinagem!) iriam reproduzir, sem censura!!

Foi em vista disso, sem dúvida, que as vedetas houveram por bem dar elas próprias o exemplo — e ficar caladas. Aliás, é a isso que precisamente estão habituadas, pois que é gaguejar as palavras de ordem do Chefe, senão uma forma de estar calado? Aqui, porém, o silêncio foi mais puro ainda. E viu-se um norte-americano, ingenuo, depois de

ter feito duas perguntas sobre o problema africano a um delegado luso, exclamar, desorientado: Ele não responde! — Como se o alto exemplo de Pacheco tivesse sido em vão, pois não é apenas no conselheiro Acácio que os homens do Estado Novo tem buscado o seu modelo.

Mas reconheço a impossibilidade de fazer compreender este absurdo aos leitores brasileiros que não tenham podido observar *in loco* o estranho fenómeno; pois, se toda a gente sabe que a ditadura portuguesa se impõe pelo medo, não imagina a maior parte que é também o medo que domina as próprias hostes governamentais. Ignorância bem compreensível; pois como imagina que um Estado forte não tenha certezas, e portanto confiança em si próprio? Mas aí está o engano. E' que a única certeza do salazarismo é... Salazar. E, a tantos milhares de quilómetros, longe de sua sombra e da sua polícia, como haviam de sentir-se à vontade os seus acólitos?

A grande ilusão de muita gente de boa-fé é achar sempre que nós, adversários do Estado Novo, exageramos. Achar que não pode ser assim tão mau. Que o adversário é sempre um despetado, etc. Essa boa fé é responsável pela surpresa, que verifiquei, de muitos brasileiros, ao verem o comportamento da gente do Estado Novo. E' que não se pode sequer imaginar a deformação sofrida por quem serve uma ditadura, custando a conceber que dentro da cabeça de cada um daqueles locais do poder esteja um policial alerta...

Pois não se viu um catedrático de Coimbra quebrar o regulamento, o que deve ser gravíssimo, para um catedrático, e para mais de Coimbra! e lançar um apavorado aparte, pedindo que "não se falasse de política", quando um coloquista disse que Eça de Queiroz não era um precursor do Estado Novo?!

Isto mostra como a mentalidade oficial salazarista cria um estado de espírito avesso ao esclarecimento das coisas mais "inocentes". Certos termos deixaram de representar idéias, são como que círculos mágicos, no interior dos quais é vedado pisar. Na verdade, não

há crime nenhum para Eça em não ter sido precursor do Estado Novo, tanto mais que jamais qualquer escritor sério o foi — nem Antonio Sardinha... Nem há crime algum em se esclarecer tal coisa, para comodidade da discussão. "crime", aqui, foi pronunciar-se a sacratíssima expressão "Estado Novo" sem tirar respeitosamente o chapéu, nem invocar, de olhos em alvo, o "Em-o Senhor Presidente do Conselho..."

Creio que os representantes oficiais da "cultura" do Estado Novo muito teriam podido aprender aqui, se ainda fossem suscetíveis de se regenerar. Conforme a um deles lembrou Agostinho da Silva, no Brasil pode discutir-se com liberdade. Eis, porém, o que, pela parte deles, era impossível. E daí o seu visível mal-estar. Habitado a ter as costas quentes, a hipótese da discussão aterrorizava-os. Como, se não podiam mandar calar os adversários, caso os houvesse?

Não, realmente não houve um Colóquio luso-português... isso seria democracia. Para evitar tal colóquio é que existe o Estado Novo. Para o evitar é que, em vez de fazer presidir a sua delegação por uma figura de intelectual apolítico, mandaram o mais político dos catedráticos portugueses, o apontado sucessor de Salazar, Marcelo Caetano. Para policiar devidamente a delegação respectiva, e fazer o competente relatório. Coisa de muito mau gosto, que podia ter provocado reações desagradáveis, tal não tendo acontecido, sobretudo, porque os portugueses livres souberam dar uma lição de elegância, como resposta à delegacia do governo de Lisboa — e porque não precisavam do Colóquio para dizer as verdades que a imprensa brasileira, por esmagadora maioria, está sempre pronta a tornar públicas.

E registre-se que, tendo vindo não obstante, de Portugal, algumas personalidades altamente representativas, nenhuma delas veio pela mão do Estado Novo, mas como convidada da Universidade da Bahia. E ao governo de Salazar cabe a responsabilidade por ter escolhido os que mandou pela confiança política que lhe mereciam, e não pelos seus títulos intelectuais. Por isso deixaram de vir algumas das mais notáveis figuras da inteligência portuguesa, substituídas por meia dúzia de burocratas da cultura, que não representam nada — nem a si próprios, porque nada são.

Portuguêses de Anedota

PORTUGAL DEMOCRATICO recebeu uma carta muito interessante, do sr. Luiz Terry, diretor do Gabinete de Informação Ultramarina, da União Nacional, de Lisboa.

Essa carta, datada de 10 de setembro de 1959 e com o n. 128/959 Ref. D/MGR diz, textualmente, o seguinte:

Sei que o jornal que V. Exa. dirige tem relevante lugar na opinião dos portugueses que nesse país labutam, honrando-se e honrando a sua ascendência lusitana.

Tanto V. Exa. como todos os outros nossos compatriotas, sentem as coisas portuguesas como se vissem no Minho ou em Timor e perante esse sentimento, há que permitir-lhes, na vida da Nação, uma interferência directa. Cremos que há-de ser-nos possível reunir, sob a bandeira das Quinas, todos os portugueses de boa vontade e para isso contamos com os bons officios de V. Exa., no sentido de nos informar como julgue melhor, sobre a totalidade de portugueses, que mantenham a cidadania lusitana e suas condições de vida; modo de sentir a propósito da coesão humana e territorial do mundo lusitano etc.

Entretanto, coloca-se este Gabinete desde já ao inteiro dispor de V. Exa. para tudo o que os seus serviços lhe possam ser de utilidade, pois não regateará esforços para que a Pátria seja grande, una e indivisível.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. cordiais saudações.

Parece-nos extraordinário que esse Gabinete de Informação Ultramarina em vez de recorrer aos serviços de informações dos representantes do regime de Salazar no Brasil nos venha fazer perguntas sobre cidadãos portugueses residentes nesse país. Será que esses serviços não lhe merecem confiança? Será que os considera incompetentes?

No que se refere à disposição do Gabinete de Informação Ultramarina em prestar a PORTUGAL DEMOCRATICO os serviços que possam ser úteis, registramos a boa vontade e pedimos que nos remeta com a maior regularidade as listas de portugueses presos e torturados pela PIDE no Ultramar, para as publicarmos no nosso jornal.

CINCO DE OUTUBRO

Os democratas portugueses residentes em São Paulo comemoraram com grande entusiasmo a gloriosa data da implantação da República.

Realizou-se um grande banquete na "Maison Suisse" sob a presidência do capitão João Sarmiento Pimentel, presidente do Centro Republicano Português, a mais antiga organização anti-salazarista de São Paulo.

No próximo número de PORTUGAL DEMOCRATICO publicaremos ampla reportagem sobre as comemorações da data do 5 de Outubro de 1910, em São Paulo.

A Reforma das Faculdades de Ciências

MANUEL VALADARES

Concluimos neste número a transcrição do interessante estudo do Prof. Dr. Manuel Valadares sobre a reforma das Faculdades de Ciências em Portugal e que, com a devida vénia, reproduzimos do nosso prezado colega "República", de Lisboa:

SEGUNDO PROBLEMA

Abordemos agora o segundo grande problema: — deveres e direitos do professorado das Faculdades de Ciências. O primeiro dever de um professor (englobando nesta designação todos os graus da função docente) de uma Faculdade de Ciências e o de consagrar todo o seu dia de trabalho ao ensino e à investigação. Todo o professor de uma Faculdade de Ciências deve trabalhar o tempo inteiro, sendo-lhe proibido desempenhar qualquer outra função remunerada. É possível que haja outras Escolas Superiores (engenharia, direito, medicina, agronomia) onde uma tal exigência se não imponha — o que, aliás, não está no meu propósito discutir aqui — mas parece-me impensável que um professor de matemática, de física, de química, de biologia de uma Faculdade de Ciências vá perder o seu tempo (e o dos seus alunos e discípulos) na direcção de uma companhia, na administração de um banco, como consultor de uma sociedade, como dirigente de uma empresa, etc. Mas é manifesto que se o Estado tem esta exigência não pode remunerar-lo da mesma forma que o advogado, o engenheiro ou o médico, para quem a cátedra constitui tantas das vezes exclusivamente um trampolim cómodo para se instalarem na vida. E, com efeito, perfeitamente imoral que um homem que se limita a ir dar a aula e passa o resto do tempo a ganhar dinheiro de muitas e variadas formas, seja remunerado pelo Estado da mesma forma que um professor de uma Faculdade de Ciências cujo tempo tem que ser consagrado exclusivamente às aulas, ao laboratório, aos seminários. É evidente que perante estes dois tipos tão diferentes de professor, o Estado tem o dever moral de adoptar duas atitudes diferentes: — ao primeiro basta que lhe pague os charutos, ao segundo tem obrigação de lhe proporcionar uma vida sem dificuldades económicas. Tivemos pena, realmente muita pena, que o senhor ministro da Educação Nacional não tivesse abordado este problema da exigência do professor a tempo inteiro e sua correspondente remuneração. Tanto mais que este problema implica com muitos outros: — o professor não deve ter mais que duas regências, de ao máximo cem alunos cada, o assistente não deve ter, em caso algum, mais de doze horas semanais de ensino, as turmas de trabalhos práticos não excederem 25 alunos, etc. Com efeito a limitação do número de horas de função docente tem uma importância fundamental; ainda recentemente me dizia um dos mais dotados valores da nova geração científica portuguesa de forma que se pode traduzir assim: — Uma pessoa vem ao estrangeiro frequentar um grande centro científico, aí permanece três ou quatro anos e para pelos trabalhos publicados e até pelo acto de doutoramento que é capaz de investigar no ramo da ciência que escolheu. Em seguida volta ao país e começam por lhe exigir que faça um novo doutoramento ao mesmo tempo que o sobrecarregam com múltiplas regências, trabalhos práticos os mais variados, com exames de admissão, com exames de frequência, com exames finais — enfim, com um trabalho docente tal, que passado algum tempo o entusiasmo com que tinha voltado à pátria se, esgota e a pessoa sente pesar sobre ela um sentimento profundo de frustração.

Ora não só o número de horas de ensino deveria ser limitado, como deveriam ainda os professores das Faculdades de Ciências ter um ano livre todos os seis

anos; quer dizer, após cada período de cinco anos de ensino, os professores e os assistentes deveriam ter um ano livre de funções docentes em que o Estado lhes pagaria como nos outros anos e lhes concederia ainda uma subvenção que lhes permitisse vir ao estrangeiro de forma a nunca perderem o contacto pessoal com os meios científicos mais avançados. Entre parêntesis seja dito que este ano livre não deveria ser exclusivo do professorado do ensino superior; seria, por exemplo, do maior interesse que ele fosse aplicado no ensino liceal permitindo ao professor do liceu de volta, durante um ano à Universidade para assistir a cursos especialmente preparados para esse fim ou de ir ao estrangeiro (caso designadamente dos professores de línguas); es saprática teria mesmo a vantagem de permitir em certos casos recuperar para o ensino superior ou para a investigação os mais dotados dos professores liceais, tal como se faz em muitos países.

Naturalmente que no capítulo dos professores haverá ainda que rever todo o sistema de acesso às funções docentes a começar pelo acto de doutoramento que guarda ainda entre nós um carácter puramente medieval.

TERCEIRO PROBLEMA

Porque não desejo alongar em demasia este artigo abordo já o último dos três pontos a que me tinha referido: — número de anos das licenciaturas e possibilidades concedidas aos alunos. Tomarei um exemplo concreto: — o da licenciatura em física. Quer-me parecer que seria um erro criar dois tipos de licenciatura, um destinado ao ensino, outro à vida profissional de físico; com efeito, não me parece que o aluno ao sair do liceu e ao entrar na Faculdade esteja já apto a escolher. Afigura-se-me mais razoável haver uma só licenciatura em Física que poderia ser organizada, nas suas linhas gerais, da maneira seguinte.

Nos três primeiros anos o licenciado trabalharia com carácter geral mas, de forma intensa, a física e a matemática e, em menor grau, a química. O resultado destes três primeiros anos permitiria ao aluno escolher o que mais lhe conviria frequentar nos dois anos seguintes. Se tencionasse enveredar para o ensino liceal talvez lhe conviesse, por exemplo, partilhar estes dois anos aumentando os seus conhecimentos de química mas continuando também a trabalhar em física; se, pelo contrário, desejasse ser um profissional da Física (na investigação, na indústria, no ensino superior) deveria escolher o ensino "a fundo" a que nos referimos anteriormente. É claro que, com uma tal organização, a licenciatura passaria dos quatro anos que tem actualmente, a cinco; confesso que me parece este o prazo razoável para formar um físico. Contudo não ignoro que este prolongamento da licenciatura agrava um problema económico que, aliás, já existe.

A quase totalidade dos alunos, designadamente os rapazes, das licenciaturas, são filhos de famílias de recursos económicos modestos e que, precisamente por isso, não têm a possibilidade de enviar os filhos para um curso longo de engenheiro ou médico. Para estes, e são a enorme maioria, iria ainda tornar-se mais difícil a realização de um curso em que muitas vezes o aluno tem que partilhar o tempo entre os deveres do estudante e a necessidade de, por exemplo, dar explicações para equilibrar o orçamento de um lar em que os recursos são escassos. Esta situação económica difícil dos alunos das licenciaturas parece-me ser um problema sobre o qual é necessário que se aplique a atenção dos governantes. Pela minha parte penso que a solução mais adequada é

aquela que já existe em muitos países; nos dois últimos anos da licenciatura o estudante é pago pelo estado. Assim, por exemplo, em França os alunos do quarto e quinto anos (3.º ciclo) recebem uma remuneração mensal que para os do quarto ano é um pouco inferior a dois mil escudos e para os do último ano um pouco superior a esta verba; como, além disto, os estudantes têm sempre, pelo menos, uma boa refeição a preço muito módico e em muitos casos bom e barato alojamento, após três anos de Faculdade o aluno deixa de ser um encargo para a família podendo até, em muitos casos, ajudá-la. A resolução das dificuldades económicas dos licenciados é indispensável se não quisermos continuar a ver as licenciaturas das nossas Faculdades de Ciências frequentadas por um número de alunos muito inferior às necessidades do país.

Sociedade Luso-Brasileira de Cultura Democrática

Um grupo de portugueses e de brasileiros, do Rio de Janeiro e de São Paulo, está trabalhando interessadamente com vista à criação de uma grande associação cultural luso-brasileira, à qual se espera dêem o seu apoio não só destacados intelectuais de ambos os países fraternos, mas também, de um modo geral, todos os portugueses e brasileiros que verdadeiramente desejam contribuir para uma maior aproximação espiritual entre Brasil e Portugal.

Os estatutos já se encontram esboçados e, em São Paulo, no "Centro Republicano Português", realizaram-se diversas reuniões para a sua discussão e estudo. "Portugal Democrático" desde já oferece as suas colunas à nova associação luso-brasileira em formação, desejando que esta venha preencher a grave lacuna até hoje observada da ausência de um organismo que reúna portugueses e brasileiros na idêntica ambição de trabalhar, nomeadamente, pela realização da Comunidade Luso-Brasileira.

"PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

— um jornal português que não é submetido à censura do sr. Salazar.

Da autoria da nossa estimada colaboradora, a romancista Maria Archer, deve ser publicado muito em breve, em São Paulo, um livro intitulado "Os últimos dias do fascismo português", no qual se faz o processo do regime salazarista, observado através do clamoroso e ilegal julgamento do Capitão Henrique Galvão, na oportunidade em que este cumpria já uma pesada pena de prisão a que fôra condenado anteriormente pela "justiça" ditatorial. Desde já, aceitam-se pedidos para a aquisição de "Os últimos dias do fascismo português" na administração de "Portugal Democrático".

A todos os assinantes de Portugal Democrático, quer do Brasil, quer do estrangeiro, solicitamos que mandem pagar suas assinaturas em débito com toda a urgência.

"DEMOCRACIA ESPAÑOLA"

Um jornal ao serviço da Espanha Livre

O Terror Policial Contra a Democracia

Não há presos políticos em Portugal

(SALAZAR)

No número de setembro de PORTUGAL DEMOCRÁTICO publicamos a lista de alguns dos democratas portugueses presos nas cadeias e nos campos de concentração do regime salazarista, à guarda da PIDE.

Essa lista sofreu entretanto modificações. Alguns nomes devem ser riscados porque são de patriotas assassinados pelos carrascos da ditadura portuguesa, ainda que as "doenças" mencionadas nos atestados de "obito" sejam as mais variadas. E também há novos nomes a serem acrescentados aos que indicamos. Vejamos então:

FALECIMENTOS

Joaquim Lemos de Oliveira, de Fafe
Manuel Fiúza Junior, de Viana do Castelo

José Adelino dos Santos, de Montemor
Raul Alves, da Povoia de Santa Iria
Alberto de Mira Mendes, de Lisboa
Catarina Eufemia, de Montemor

NOVAS PRISÕES

Carlos Aboim Inglês, economista
Francisco Cipriano, comerciário
José Magro, comerciário
José Raimundo, operário
Luiza da Conceição Paulo, doméstica
Luiza Costa Dias, licenciada em letras
Severiano Falcão, operário
Sofia Ferreira, doméstica (Encarcerada junto com uma filha de menos de 1 ano de idade)

Recordai estes nomes

Com um cinismo de fazer inveja ao serafico professor de Santa Comba, o representante da VOZ de PORTUGAL em Lisboa enviou a esse pasquim, que se publica no Rio de Janeiro uma reportagem sobre a ESCOLA TECNICA DA POLICIA INTERNACIONAL.

O diretor da PIDE, diz essa noticia, acompanhou o ministro do Interior, o Ministro do Ultramar e o sub-secretario da Administração Ultramarina e comitiva na "demorada visita a aquele importante organismo".

Não poderão portanto mais tarde alegar esses laçãos do regime salazarista que ignoravam a existência das camaras de tortura, dos chicotes, das maquinas de aplicar choques electricos e de esmagar os ossos dos dedos das mãos e dos pés porque a PIDE recorre habitualmente. Não nos surpreenderá inclusive que algum patriota português haja servido de cobaia humana para que esses "ilustres" visitantes pudessem ver os carrascos da policia salazarista em ação.

Em seguida esse correspondente, autentico "amigo da onça" dos agentes da PIDE aponta o nome dos policias cuja bestialidade foi recompensada com medalhas de "exemplar comportamento" e "serviços distintos".

Os democratas portugueses não esquecerão esses nomes, no dia em que se fizer justiça.

A reportagem em questão é esta, que transcrevemos na integra.

LISBOA — (Da Delegação da VOZ DE PORTUGAL) — A fim de tomarem conhecimento da forma como a Escola Técnica da Polícia Internacional exerce a sua eficiente ação no combate ao crime, segundo os mais modernos processos os srs. ministros do Interior e do Ultramar e subsecretário da Administração Ultramarina, respectivamente srs. coronel Arnaldo Schultz, contra-almirante Vasco Lopes Alves e dr. Silva Tavares visitaram, demoradamente aquêl importante organismo situado na estrada de Benfica, em frente do Jardim Zoológico.

O sr. capitão Neves Graça, diretor da P.I.D.E., em breves palavras, saudou aqueles membros do Governo, agradecendo-lhes a honra da visita e pondo em destaque as funções da P.I.D.E., na repressão do crime e na defesa da sociedade. O sr. capitão Neves Graça, destacou, depois, o importante papel que tem tido aquela escola na descoberta de muitos crimes que sem a sua ação, ficariam

impunes. Seguidamente mencionou os nomes dos funcionários da P.I.D.E., que foram distinguidos com medalhas de exemplar comportamento, de serviços distintos e comemorativos das expedições ao Ultramar. Assim receberam a medalha de exemplar comportamento e de serviços distintos em ouro e prata, respectivamente, os srs. chefe Henrique de Sá e Deixas e sub-inspetor Jaime Augusto Gomes da Silva e só com medalha de prata e cobre de exemplar comportamento o chefe João Lourenço e o agente de primeira classe, Arlindo Fernando Ferreira de Miranda. Com a medalha comemorativa das expedições e campanhas das forças armadas, foram condecorados os srs. subinspetor, José Maria do Amaral Leitão Bernardino, chefe Fernando José Alves Gentil Garcia Coelho, Pedro Nunes Paulino, Fernando Augusto Teixeira Barbosa e Augusto dos Santos Correia.

Foram também distinguidos com a mesma condecoração mas não a receberam por se encontrarem ausentes nas provincias ultramarinas os agentes Vasco Duarte Amaral, Américo da Silva Carvalho, Antonio Lemos da Silva, Acácio da Costa Matos, Augusto Macias e Diamantino Fernando Pires.

Terminada esta cerimônia, os membros do Governo visitaram demoradamente a Escola Técnica, tendo ouvido amplas explicações do diretor da escola e de outros altos funcionários ali em serviço. Pelo diretor da P.I.D.E. foi depois oferecido um almoço aos srs. ministro do Interior e do Ultramar e subsecretário da Administração Ultramarina e aos outros visitantes.

A cultura portuguesa e Salazar

Os serviços de propaganda do ditador português não perdem uma oportunidade para afirmarem que uma das maiores preocupações do regime é a Defesa da Cultura.

O mal é que os fatos desmentem as palavras dos propagandistas do regime de Salazar. Assim, indicamos hoje alguns dos professores universitários portugueses demitidos ou perseguidos pelo simples fato de quererem ser livres.

ABEL SALAZAR — Fisiologista, Prof. da Universidade do Porto, falecido em 1946.

BENTO CARAÇA — Matemático e Filósofo, Prof. da Universidade de Lisboa, falecido em 1948.

RUY GOMES — Físico-Matemático, Prof. da Universidade do Porto, Diretor do Centro de Estudos Matemáticos do Porto, Atualmente Prof. Catedrático da Universidade de Baía Blanca, na Argentina.

MANUEL VALADARES — Físico, especialista em física atomica, Prof. da Universidade de Lisboa, actualmente Director de Investigação do Laboratório Curie em Paris. Enquanto JOLIOT CURIE foi vivo, foi o seu principal colaborador.

MARQUES DA SILVA — Físico, Prof. da Universidade de Lisboa, não pôde emigrar, faz engenharia para subsistir.

MARIO SILVA — Físico, Prof. da Universidade de Coimbra.

PEREIRA GOMES — Matemático, Prof. da Universidade do Porto, Bolseiro do Instituto de Investigação Matemáticas da Sorbone, Actualmente Prof. Catedrático da Universidade do Recife.

ZALUAR NUNES — Matemático, Prof. da Universidade de Lisboa, actualmente Prof. Catedrático da Universidade do Recife.

RODRIGUES LAPA Filólogo e Prof. de Literatura, Prof. da Universidade de Lisboa, actualmente Prof. Catedrático na Universidade de Belo Horizonte.

BATISTA RIBEIRO — Matemático, Prof. da Universidade de Lisboa, actualmente Prof. Catedrático da Universidade de Los Angeles na Califórnia.

PULIDO VALENTE — Clínico, Prof. da Universidade de Lisboa.

EGAS MUNIZ — Neurologista, Prémio Nobel da Medicina, Prof. da Universidade de Lisboa, falecido em 1956.

FERNANDO DA FONSECA — Clínico, Prof. da Universidade de Lisboa.

ADELINO COSTA — Clínico, Prof. da Universidade de Lisboa.

AURELIO QUINTANILHA — Biólogo, Prof. da Universidade de Coimbra.

AGOSTINHO DA SILVA — Actualmente Prof. Catedrático na Universidade de Florianópolis em Santa Catarina.

RICCA GONÇALVES — Prof. da Universidade do Porto.

CASAIIS MONTEIRO — Actualmente Prof. na Universidade da Baía.

CARLOS MACHADO — Prof. da Universidade do Porto.

NEVES REAL — Prof. da Universidade do Porto.

No "Paraiso" de Salazar Portugal na imprensa inglesa

A medida que os dias correm e os anos se amontoam — há mais de 33 anos que os portugueses se viram privados de Liberdade — verifica-se que o grande trunfo de Salazar tem sido a desunião dos democratas. E esta a PIDE e os outros órgãos do fascismo sempre e hábilmente a souberam explorar.

Mas os tempos mudaram. Generalizou-se o querer de que o reinado salazarista está expirando. E é a juventude, sobretudo, que se manifesta, pagando quantas vezes com a vida o entusiasmo com que combate a ditadura. As prisões políticas estão atulhadas de jovens. Por isso, ao lutarmos pela redemocratização de Portugal, é pela liberdade daqueles que lutamos e pela dignidade de todos os portugueses. A batalha que os democratas de Portugal estão travando contra o odioso regime que os oprime continuará, pois. Por todos os portugueses, com os olhos postos no futuro.

QUANTO GASTA O SNI

Não faz muitos meses que um "deputado" salazarista protestou, na Assembleia da "união nacional", contra os gastos exagerados do secretariado dirigido pelo homem que expulsou de Portugal Domingos De Luca e Wilson Aguiar. Declarou, com efeito, o "parlamentar" que as despesas do SNI passaram de 3 928 contos em 1939 para 59 392 em 1957 (contos em escudos, claro).

E o "deputado" perguntou ainda (transcrevemos de "O Primeiro de Janeiro", do Porto) "se os 60.000 contos que o SNI gastou em 1957 teriam uma projeção na vida portuguesa compensadora da sua magnitude, isto é se não poderiam ter sido mais vastos e profundos os benefícios resultantes de tamanha despesa".

Santa ingenuidade! Então o "deputado" não sabe para onde vai o dinheiro do SNI? Ignorará que é aplicado nas propagandas do regime? Que, no fundo, em nada beneficia o Povo Português? Ou não saberá também que há inúmeros "funcionários" que nada fazem — mas ganham? E que andam por lá "tubarões" de respeito, a começar pelo "deputado" Ramiro Valadão? Que só a "ANI" do sr. Dutra Faria come que nem um leão? O que devia ter feito o ilustre "deputado" era inquirir também das verbas secretas do SNI, pois essas ascendem igualmente a muitos milhões de escudos!

ESCRITORES PORTUGUESES

Chega-nos tardiamente o relatório e contas da direção da "Sociedade Portuguesa de Escritores" que muito veladamente nos fala do modo como vivem e trabalham os escritores de Portugal. Veja-se o capítulo "defesa dos interesses dos escritores": "A nossa Sociedade teve ocasião de defender o melhor que lhe foi possível junto do Ministério da Educação Nacional alguns autores, lesados nos seus direitos, como no caso de um original apreendido pelas autoridades. A restituição foi feita, posto que tardiamente".

A fechar, o relatório reproduz palavras de Aquilino Ribeiro, então presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores:

"... só tenho a dizer que esta Sociedade nasceu frágil e toda a obra tem sido acalentá-la para que não morra. Compare-se a uma planta cativa plantada num terreno ingrato que exige carinho e aturada atenção. Mas tem futuro. Quando lhe acertar o sol, e com clima favorável, pode ir longe. Depois, em todo o Mundo, os escritores agrupam-se. Havíamos nós de ficar perdidos no espaço, sem vínculos de nenhuma espécie, que mais não fosse em nome dos nossos legítimos interesses?".

COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRO

As maravilhas da propaganda salazarista nunca explicaram por que se vive cada vez pior em Portugal. Nem disseram também por que chegou a um "impasse" o comércio português, nem referiram tampouco a tremenda crise que está atravessando a indústria nacional. O SNI e a ANI têm outras coisas mais importantes a transmitir, como os discursos do "chefe".

Lembramos, a título de exemplo, que em 1952 a balança comercial luso-brasileira ainda apresentava um saldo favorável a Portugal da ordem de 183.982 contos (portugueses). Desde então, as posições inverteram-se: em 1953, o Brasil teve um saldo favorável de 111.396 contos (portugueses), de 17.299 em 1954, de 150.503 em 1955, de 28.302 em 1956, de 37 842 em 1957 e de 13.095 em 1958. Quer dizer que desde 1954 a 1958 os saldos acumulados totalizam 358 milhões e 437 mil escudos em benefício do Brasil. Onde está o progresso de que falam as propagandas?

"DO IMPÉRIO PORTUGUÊS"

Não há muito tempo, o escritor Jamil Almansur Haddad publicou uma crónica na "Folha da Tarde" de São Paulo sobre o "império português", dizendo, entre outras coisas, o seguinte:

"A realidade da vida africana no momento chegou a constituir flagrante antítese com as teorias do mestre pernambucano (Alberto Freire). Temos a impressão de que ele inclusive começa a ficar com medo. Na última conferência pronunciada em São Paulo, mostra alguns sinais de recuo na sua lusofilia. É quando começa a apontar atitudes e comportamentos dos portugueses na África, que em vez de serem aquelas confraternizações tranquilas sempre por ele apontadas, resvalam mais decididamente para a incompreensão, a perseguição, o colonialismo cruel. Creio que o sociólogo de teorias anteriores: não se dirá mais que o português é extremamente benigno, mas sim que ele é apenas menos mau do que os outros colonizadores, o que, convêhamos, não pode vir a constituir bondade.

Realmente, esse tipo de tese eufórica sofreria um abalo terrível, com uma eventual desapareção desse império, o que afinal de contas está dentro da lógica incoercível da liquidação do colonialismo que, como se vem repetindo muito, é o grande acontecimento histórico dos nossos tempos".

Em um dos seus últimos números a publicação *The Listener*, órgão da BBC de Londres dedica um artigo a Portugal de Salazar.

Entre outras afirmações, o autor, Patrick Smith, diz isto:

"Há ainda um grande vazio entre o relativamente pequeno número de ricos, e a grande massa de pobres, em Portugal. Em algumas regiões, segundo soube de fonte fidedigna, muitos não estão longe de passarem fome. A educação, a julgar pelo nosso índice, não é generalizada. A idade para acabarem os estudos, é 11 anos, — para aquele que frequentaram as escolas".

"Portugal tem três universidades incluindo uma que é das mais antigas da Europa, a de Coimbra, onde Salazar e alguns dos membros do seu governo foram professores. Aliás o tom didático nota-se em muitas das declarações do governo português. Isso, entre outras coisas, é o que aborrece muitos portugueses que beiram os trinta anos de idade, e que se consideram com idade suficiente para participarem do governo em vez de terem de ouvir os governantes dizerem-lhe o que é melhor para eles".

"Alguns membros da Oposição disseram-me, com amargura, que nestes trinta e tantos anos, Salazar tem conseguido camuflar seu regime totalitário com as aparências de respeitabilidade. A Oposição fala das grandes atividades da polícia secreta, a PIDE, alguns de cujos membros foram treinados pela Gestapo, de quem usava os métodos. E queixam-se também das frequentes deportações, sem julgamento, de adversários do regime para as ilhas de Cabo Verde e de censura à imprensa".

Dis muitas conversações que tive com portugueses deduzi que eles sentem que Salazar, como Franco, como Hitler e Mussolini, mantem-se no poder graças do apoio da polícia secreta e do exército sobre qual tem controle completo.

"Um interessante indício no caminho das coisas é a atitude da Igreja Católica que ainda que não tanto como na Espanha, até aqui se entendeu muito bem com Salazar. Mas agora a hierarquia está se afastando do regime de Salazar. O bispo do Porto criticou abertamente Salazar por ele ajudar as massas da população. E alguns portugueses acreditam também que a demora da nomeação de um Nuncio Apostólico — quase sete meses depois da coroação do papa — pode ser interpretada como sinal do desagrado do Vaticano.



Os Pintores Portugueses disseram NÃO a Salazar, quando este, através do SNI do analfabeto Moreira Baptista, os convidou a participar na V Bienal de São Paulo. O porquê desta recusa é facilmente explicável: nem pintores nem os escritores ou os intelectuais portugueses na sua maioria esmagadora desejam continuar a fazer a propaganda do regime que, intimamente detestam e que tudo tem feito para destruir a Cultura Portuguesa. E sempre, que, em nome da Arte e da Cultura, os artistas colaboraram com o governo salazarista, em manifestações de carácter internacional, foram invariável e torpemente explorados politicamente, em benefício, é claro, de Salazar. Com a sua tomada de posição, relativamente à representação lusitana na Bienal de São Paulo, pode dizer-se que os nossos artistas iniciaram uma nova fase da sua luta, não mais colaborando com um governo que manda prender intelectuais da categoria de António Sérgio, Jaime Cortesão, Azevedo Gomes ou Vieira de Almeida. Apontamos, no entanto, à excecção pública os "colaboracionistas" que vieram à Bienal, servis lacaios do SNI: Júlio Resende, Nuno Siqueira, Mário Eloy (Filho), Artur Bual, Eduardo Luís, Rená Bérthodo, Lotrdes Castro, António Quadros, Valdemar da Costa, Fernando Lanhas, Arlindo Rocha e Fernando Fernandes. A gravura que reproduzimos ilustra, expressivamente, o NÃO dos Pintores Portugueses ao convite salazarista.

por SANTOS CARABINA

MEMÓRIAS DE UM ESPÃO EM SÃO BENTO

O gabinete do presidente, escondido na trazeira do grande palácio e onde há umas dezenas de anos o pó acumulado começava a ganhar uma escuridão estranha. Alguns retratos mortos e amarelos. Uma bandeira nacional como é costume. E o presidente.

Foi chamado um empreiteiro para pintar as paredes. Homem atencioso, tanto mais que estava a tratar com o chefe, tremia dos pés à cabeça, olhando mais o chão que o resto. E o presidente apontou delicadamente as paredes:

— Olhe, ali, veja uma cor bonita para pintar tudo de novo... Está a precisar. Que Deus o ilumine e lhe dê saúde para este trabalho que nada mais é que uma colaboração humilde neste gabinete onde dou toda a minha alma e carinho ao nosso querido povo...

— Pois sim, meu presidente, o senhor nada terá a reclamar, juro-lhe! Trarei os meus melhores operários, gente boa e de confiança. O senhor verá que nem um pingote de tinta cairá no tapete! Mas gostaria que sua excelência escolhesse a cor. Sua excelência sabe melhor que ninguém o que quer. E eu sou um seu humilde servidor.

— Olhe que nem pensei nisso! Deixo ao seu critério de profissional essa tarefa. Sou uma pessoa simples, como já deve saber, e aceito o que os meus colaboradores competentes me sugerem. Talvez um amarelo... quem sabe! ou um verde claro... veja lá, veja lá.

— Mas, senhor presidente, aí está mesmo, um amarelo, eu sabia que sua excelência era um ente superior. Deus não se engana com os chefes que dá ao povo.

— Veja, veja. Se quiser pintar talvez de azul, que não é uma cor nada feia! É até uma cor divina. Não esqueça que quanto mais perto Deus estiver do seu trabalho, mais feliz me sinto.

— Senhor presidente. Nem a minha idade nem a minha experiência poderiam ter uma ideia tão feliz... Azul, azul, é realmente um requinte... Pois então eu cuidarei de fazer um azul. Vossa excelência manda, e o resto são conversas!

— Mas eu não quero prendê-lo às minhas sugestões. Bem vê que sou uma pessoa humilde e pouco saído de casa. Tudo tenho feito pelo nosso povo, sem poder participar das alegrias humanas e das cores da Natureza. E quando lhe falo de azul, está longe de mim querer evitar o branco. Afinal o senhor deve ser um bom homem para deixar estas paredes na brancura e na pureza da luz que nos ilumina. Veja lá, homem, veja lá...

— Mas, senhor meu, nem me havia lembrado dessa! Se quer, darei a vida mais a dos meus para que o branco, lhe acompanhe o espírito por toda a sua vida. Sou um seu admirador devoto e choro até com meus filhos ao ler os seus discursos. Pena tenho que sua excelência não fale aos jornais mais vezes. Sua excelência terá o branco. É a melhor de todas as cores...

— Pois pinte de branco! Ou de amarelo, como já lhe sugeri. Ou de azul, aquele azul que não é mais cor mas a voz do Senhor que nos acompanha. Já lhe disse que não imponho. Estamos apenas a conversar. Gosto disso, conversar com os operários do meu povo. Somos todos operários somos todos uma voz, uma ideia, uma opinião, um ideal. E a verdade é que não entendo de cores. O senhor entende.

— Senhor presidente, mas eu nada posso fazer que lhe traga uma desilusão ou um aborrecimento. Não quero arriscar qualquer cor nem perturbar o seu espírito delicado. Estávamos pensando então no azul, não era? Quem sabe, senhor presidente, quem sabe...

— Olhe, uma cor escura não seria feio, pois isso dá-me silêncio, aquele silêncio que necessito para escutar longe. Sou um homem cansado como vê. Faça alguma coisa por mim e pelo que lhe disse. Sou um democrata.

— Pois senhor presidente, escolherei de todos os azuis que existem, aquele menos maculado pelo hábito e pelo uso. Azul, eu sabia que seria uma cor diferente. Terá o seu azul!

— Meu azul, não. Assim não quero. O senhor está livre para poder pintar até um castanho, por exemplo. Afinal as cores podem falar-nos se forem usadas por mãos to-

casadas por Deus. O senhor, já me disseram, é um grande mestre. Escolha o amarelo, meu filho, o amarelo. Desculpe-me. Tenho de retirar-me. Tenho de repousar nesta hora milagrosa de pôr do sol.

— Então, chefe, o AMARELO. Esta sua última palavra será atendida. Vou levá-la nos ouvidos como uma palavra divina e chegado do céu, AMARELO. Em amarelo me faça eu se não o encontrar, e darei a este gabinete todo o meu esforço. Muitas felicidades senhor presidente. Amanhã trarei os meus homens. Fica assim.

— Bom, o senhor é que sabe, o senhor é que sabe. Vá com Deus. E quando estiver pronto mande avisar-me. O cheiro das tintas faz mal à minha idade. Voltarei a este gabinete quando estiver pronto. Vá com Deus...

Dois dias depois o mestre entra no gabinete e vê os seus homens, ao contrário do que lhes havia recomendado, isto é, o amarelo estavam labuzando tudo de cor rosa. Quase desmaia então. Será que não estendem bem a combinação? Mas e agora, se o presidente entra de repente e vê toda aquela asneirada?

— Santo Deus, fico até sem pingote de sangue com estes animais dos meus operários.

Grita feito um perdido. Mas respondem-lhe que o presidente ali havia passado e pedira para pintarem tudo de cor de rosa, etc., etc.

Vai procurar o presidente, ainda com aquela raiva na voz, na vez de se acalmar, e entra na sala acompanhado de um porteiro.

— Senhor presidente... afinal havíamos combinado o amarelo... o amarelo... E sua excelência foi contrariar tudo o que o meu esforço e a minha dedicação... as ordens dos meus operários... Afinal, cor de rosa, está, está...

— Faça o favor de mandar levar este homem da minha sala e prendê-lo. Está desobedecendo e sofrendo de revolta. Prenda-o. Prenda esse homem já, disse o presidente, muito calmo, ao porteiro.

PARA
UM
RETRATO
DO
PRESIDENTE

O Exército e o Regime

Sabe-se que o mal-estar reinante entre as forças armadas portuguesas aumenta dia a dia, ante o crescente número de arbitrariedades cometidas pelo regime salazarista, com a conivência tácita ou expressa dos altos comandos do exército.

Desse mal-estar são reflexo os dois documentos que transcrevemos, ambos redigidos por oficiais do Exército e que circulam reservadamente nos meios militares de Portugal.

Um desses documentos é uma carta aberta ao general Botelho Moniz, cujo teor dispensa comentários. O outro, é uma coletânea de novos elementos para a folha corrida de um dos personagens mais sinistros do regime fascista português: Santos Costa, durante longos anos ministro da Guerra.

NOVOS ELEMENTOS PARA A FOLHA CORRIDA DE SANTOS COSTA

«O CAPITÃO QUE CHEGOU A CEL. SEM UM DIA DE QUARTEL»

I — Os primeiros elementos publicados por esta Comissão Militar despertaram um grande interesse na opinião pública e muito especialmente nas fileiras das Forças Armadas. A opinião pública empreendeu a excepcional gravidade dos factos denunciados. Sabemos que o próprio Sr. General Júlio Botelho Moniz, ilustre Ministro da Defesa Nacional, tomou conhecimento do libelo e reconheceu a vantagem da sua divulgação. Mas permitam-nos Sr. Exa de afirmação de que estranhámos que o Coronel do C.E.M. Santos Costa ainda não tenha sido objecto do competente inquérito com vistas a processo disciplinar, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal imputável aos seus actos, arbitrariedades e desmandos.

II — Ao gravíssimo libelo produzido que esta Comissão Militar mandou o Coronel Santos Costa responder num planfletto que, embora anónimo, verberava severamente o nisto anonimato. A hipocrisia do "viril" de Braga é conhecida nas Forças Armadas. Em 16 de Agosto de 1958, quando em consequência de um vasto movimento de opinião o sr. General Botelho Moniz foi chamado a assumir as responsabilidades da Defesa Nacional, o coronel Santos Costa declarou que o novo ministro podia contar com ele "sem reservas de qualquer natureza". Mas essa prometida colaboração "sem reservas de qualquer natureza" tem-se transformado em intriga malévola, conciliabulos políticos, actividades conspirativas. Os "feios" do Coronel Santos Costa são conhecidos. Estamos em condições de divulgar os seus nomes. No grupo distinguem-se 4 Generais despedidos e meia dúzia de brigadeiros sem categoria militar. A resposta do grande cabo de guerra à sua "folha corrida", foi uma resposta de cabo de esquadra.

III — Do cabo de esquadra ter sido, apesar de toda a "água benta", de toda a cobardia e de todo o servilismo dos professores de Pedrouços. Generais da fornada costista, salvo raras excepções, as provas do coronel Santos Costa no I.A.M. Até colocou a "artilharia de reserva no combate". Só por selecção negativa, poderá ser general, dado que já teve dois mediocres apesar das explicações do General Gomes de Araújo que, conforme Santos Costa lhe dará a vaga de general.

IV — O seu amigo coronel Magro Romão, ladrão expulso da PIDE, pelo Capitão Agostinho Lourenço, e homenageado em Coimbra pela miséria civil das altas hierarquias do Estado Novo quando Santos Costa o fez coronel, foi demitido do comando de Infantaria 12 e, na sua acção não unidade de Coimbra objecto de inquérito. Esse inquérito mostrou a falta de aprumo moral, já conhecida aliás; desse entusiasta do ex-ministro.

V — A "Torre Espada", gloriosa condecoração criada por D. Afonso V para premiar os heróis da epopeia africana, mais tarde enobrecida nas campanhas do findar do século XIX, com a pléiade de Mousinho, foi conspurcada por Santos Costa que se enfeita com a mais gloriosa das nossas condecorações e a entrega a vulgares assassinos como o famigerado Carlos Gorgulho, que ele promoveu a oficial General pelos seus feitos em S. Tomé, onde Gorgulho encerrou mais de 200 naturais da ilha numa pequena sala na qual morreram asfixiados. Mandou assassinar muitos outros a tiro e a lançar outros aos tubarões só por que estes desgraçados pediam o cumprimento de contratos de trabalho ou o respeito de regalias tradicionais.

VI — Frisante exemplo de moralidade administrativa foi o que se passou com o major do C.E.M. Hermes de Oliveira. Tendo sido nomeado pelo Ministério do Exército para dar apoio técnico ao realizador do filme "chamite", exerceu pressão sobre o realizador para que es-

te pagasse 50 contos. Mais tarde tornou a insistir com o realizador para que lhe entregasse 150 contos. O realizador entregou-lhe e enviou o recibo a Santos Costa. O Ministro, em vez de castigar exemplarmente, escolheu-o para seu informador do que se passava entre a oficialidade da Índia.

VII — As agápes bem regados de S. Julião da Barra deve acrescentar-se as caçadas principescas em Mafra; as caçadas em Espanha, com Franco, para as quais Santos Costa e sua comitiva, que inclui civis, se deslocava em aviões militares; as caçadas no Alentejo com o General Alves de Sousa; a ida a Paris, a Bruxelas com convidados e Senhoras num avião militar e o banquete no restaurante do Pavilhão de Portugal na exposição, oferecido por Santos Costa aos convidados.

VIII — Do escândalo da aquisição, sem concurso, de automóveis no valor de 15.000 contos em meados de 1958, foi beneficiária a firma C. Santos, Ltda. do "rotário" Conde de Caria. Paradoxal esta simbiose do aristocrata-comerciantorotário com o catolicíssimo Santos Costa. E, neste capítulo de negociações acrescenta-se o seguinte: Além da negociação das fazendas para uniformes, a preços entre 230 a 280 escudos o metro houve a negociação das gravatas polícoras para os oficiais, e dos 100.000 corbeteiros de lá comprados ao célebre sr. Ferrel de Gouveia, as aquisições de carpetes que coincidem quanto ao fornecedor (Fábrica Victória). Convém rectificar que a fábrica de Celas não chegou como a de Braço de Prata a ser vendida a empresas estrangeiras. A negociação com o fabrico de armamento promovida por Santos Costa foi feita com uma companhia ligada à Fábrica de Barcelena. Quanto às negociações com a Fábrica Portugal não se limitaram aos capacetes. Com as marmittas também houve grossa falcatrua por que Santos Costa desprezou propostas de fornecimentos em boas condições dando ordem para ser entregue o fornecimento à Fábrica Portugal, sem qualquer caderno de encargos. Também com o seu amigo Martins Pereira, de Albergaria-a-Velha, dono da Fábrica Alba, houve grossas negociações com fornecimentos de material de guerra, cuja produção devia pertencer às fábricas militares, o Estado de defraudado em muitos milhares de contos — são muitos os oficiais que sobre este ponto podem prestar depoimentos valiosos.

IX — Santos Costa se não beneficiou materialmente com as tratantadas do antigo adido militar em Londres, coronel Mendes de Magalhães, actual engenheiro da Companhia das Águas e homem de choque do grupo Queiroz Pereira Espírito Santo, foi encofridor e cúmplice dos factos fraudulentos e criminosos ocorridos com os fornecimentos com material de guerra inglês durante a última guerra. Os materiais embarcados, e os que a Nação pagava, eram dados como tendo ido ao fundo por os navios terem sido torpedeados por submarinos alemães. Mais tarde verificou-se que os embarques tinham sido escriturados como se tivessem sido realizados em navios que já tinham sido torpedeados e afundados em datas anteriores. Nem Santos Costa, nem Mendes de Magalhães estão na cadeia, o filho deste Mendes de Magalhães está na Sonap e é um dos agentes de ligação de Santos Costa com o grupo de Queiroz Pereira (Sonap-Sorel). Este grupo reúne-se no restaurante particular do último andar da Sorel, onde Santos Costa ia frequentemente quando era Ministro. Foi nesse restaurante que se negociou a importação de 250.000 contos de pistolas-metralhadoras francesas contra a exportação de vinho. O negócio foi conduzido por A. dos Santos Mendonça.

X — No governo Santos Costa deixou representantes e meio. Referimo-nos ao Coronel Almeida Fernandes, ao tenente-coronel Kaulza de Arriaga e ao

meio representante coronel Arnaldo Schultz, por que é meio português e meio Ministro. A política do Ministério do Interior é ditada pela Director-Geral Pires de Lima, pelo Capitão Neves Graça e pelo virtuoso Dr. Castro Fernandes. De Kaulza de Arriaga pode dizer-se que criou contra a vontade do Sr. General Botelho Moniz e por inspiração de Santos Costa; o problema do Sr. General Humberto Delgado. O que dele todos os oficiais pensam, e até que ponto nele confiam, pode saber-se pela desassomburada atitude do seu amigo pessoal, o major Luís Cesarini Calafate. Quanto a Almeida Fernandes, grande hipócrita e espírito subserviente, sabe-se que é hospede do compadre de Santos Costa, Margarido, em Vila Nova de Fozcoã, numa quinta feita à custa do Estado e cujas contas de melhoramentos um dia serão exigidas. Deve-se a Almeida Fernandes os depoimentos de oficiais do Exército na PIDE, na Ttráfaria, na presença de um delegado da PIDE, o que é atentatório de foro militar, Arnaldo Schultz, militar de carreira e que honradamente vivia de seu soldo, aceitou uma posta ministerial e presta-se a cobrir com a sua farda a política da "União Nacional" de Castro Fernandes, Costa Brochado e Henrique Tenreiro. Não sabemos como o Sr. General Botelho Moniz não o mandou regressar ao CEM. e ao I.A.M. Como se o raciocínio que nos leva a não desejar ver oficiais imiscuírem-se na política dos políticos não fosse aplicável ao caso de ministro do interior, cargo que um oficial só pode desempenhar num governo de presidência militar.

XI — Aos factos citados por esta Comissão Militar quanto à selecção de oficiais gerais, acrescenta-se o seguinte: Costa de Moraes, conhecido pelo "cota zero", alcoólico, desfeito pelos oficiais por ter oferecido a Santos Costa para a guarnição de Macau a sua unidade sem ter consultado os oficiais Bernard Guedes, hoje na Companhia dos Diamantes e que Salazar pretende impor como lugar-tenente da causa Monarquica, esteve de licença ilimitada, meteu-se em negócios que conduziram a uma falência fraudulenta; Pacheco Mena, culpado de uma falência bancária;

XII — É necessário averiguar que Santos Costa tem ligações com os negócios do Sr. Teodoro dos Santos, actual concessionário da batota do Estoril. Diz-se que é como representante de Santos Costa que nesses "combines" figura o actual o tenente-coronel Andrade.

XIII — Outro aspecto ilustrativo da hipocrisia de Santos Costa é o que se passou com os casamentos de oficiais. Ouça-se sobre o assunto o então alferes de engenharia Marques Esgalhadou, os, ao tempo, alferes de infantaria J. Correia Carline, José Manuel Gonçalves, Casanova Ferreira, de artilharia Charrais e Gaspena, do S.A.M. Castico Monteiro. O próprio coronel Arnaldo Schultz sabe as dificuldades que teve e as humilhações que passou para conseguir regularizar matrimonialmente a sua situação.

XIV — O coronel Santos Costa fazia-se passar, apesar das suas relações com Queiroz Pereira e Manuel Espírito Santo, por inimigo da corrupção e do predomínio dos magnatas capitalistas Primeiro Ribeiro Casais, depois de Margarido e Martigas, e ainda mais recentemente os brigadeiros tormenta e Caetano Carrasco pretendiam aliciar para um movimento contra os "ladrões", contra "o grupo do Tenreiro e do Soares da Fonseca". Mas Santos Costa recebeu recentemente do comandante Tenreiro uma posição no conselho fiscal numa empresa de pesca.

XV — Durante duas dezenas de anos em que depurou a seu capricho o Exército, perseguindo, inutilizando e vendo oficiais que eram o orgulho das Forças Armadas, o coronel Santos Costa nada fez de positivo e de útil. Disse-o em Mafra o ilustre Subsecretário do Exército, sr. Tenente-coronel Costa Gomes: incompetente como oficial ministro sem carreira como oficial, este homem não tem lugar nas fileiras do Exército português.

XVI — Bastava um só dos factos apontado na acta já acusação anteriormente divulgada, e de que o Sr. Ministro da Defesa Nacional tomou conhecimento, para que o coronel do C.E.M., Fernando Santos Costa não pode ver coroada com as estrelas de general uma carreira já constelada de correções, chanfages, fraudes, abusos, arbitrariedades e faltas disciplinares e criminalmente puníveis. Bastaria um só dos factos denunciados ser verdadeiro para que se impuzesse a instauração dum inquérito. Para presidir a essa necessária e urgente acção de desagravo à Força Armada e ao País está indicado o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça Militar. Ninguém, nem mesmo Santos Costa que investiu o Sr. General Lopes da Silva no cargo supremo da justiça militar, poderá duvidar da isenção do inquiridor. E a luz jorrará dessa alvorada de justiça pela qual em nome do País, clamam para honra das suas fardas, os oficiais das Forças Armadas. Da Comissão de Inquérito deveriam fazer também parte o Sr. General Abranches Pisto o Sr. General Domingos Lemos e o Sr. General Leonel Vieira e o Sr. Coronel Mário Cunha.

Carta Aberta ao General Botelho Muniz

EXMO. SENHOR GENERAL BOTELHO MONIZ

Anda V. Excia. muito falado nos meios desajustados à situação.

Uns convencidos de que está a trabalhar para depôr a ditadura, outros julgando-o a personificação no mais alto nível da subserviência militar, para não dizer da colaboração activa, consciente e premeditada com a política de Salazar.

Na conversa pública o comentário decidia a cátedra ministerial para a pluralidade da corporação militar, que a maioria considera um todo físico amolecido, um mundo de máquinas automatizadas que um só homem comanda, como na técnica electrónica moderna.

Assim andam faladas genericamente os nossos mais representativos expoentes da instituição militar.

Cumpra ao Exército Português, à semelhança do que sucede nos países civilizados, sagrar-se no altar da Pátria, ser venerado ser unanimemente prestigiado. Não favorecer animosidades, defender um regime igual para todos e onde de todos se sentissem iguais.

Mas o Exército preferiu sagrar a Salazar e com suas armas e munições levantar-lhe um pedestal para, sobre ele astuto professor, o salão de Santa Comba! amar posse de divindade e ordenar que todo um povo, uma nação inteira, se jorrasse no chão, adorando-o, fosse ou não da sua vontade.

Idolatria encomendada, convencional e cara, que o tempo desacreditou, que o próprio ritual ridicularizou, mas que os idolatras persistem em aguentá-lo opoatado à cara dos incrédulos o fio das vossas espadas.

E é por força delas que o ídolo ainda ocupa o pedestal.

Sabe V. Excia. como todos os camaradas, quão dolorosos têm sido os caminhos do calvário onde se imolam os sacrificados à falsa divindade.

Sabe em que fundamentos frágeis a mística se radicou essa be por que preço a Pátria paga o ritual.

Perfeitamente informados das brutalidades, dos abusos, das irregularidades de toda a ordem que praticam os agentes dos poderes governamentais e ciente do condicionalismo que paraliza nossa força de opinião e nossos recursos morais, o Exército, contudo, não reage, não protesta, antes ajuda a espargir os incensos do culto da personalidade.

Por que isto se passa? Que altos interesses o Exército conhece, que nós não conhecemos, para justificar conduta tão estranha?

V. Excia. e todos os superiores militares estarão em condições de explicar ao País a razão por que defendem e apoiam um regime que se mantém por império da Censura, da repressão e de arbitrariedades e não em consequência da obra e benefícios os realizados, os quais, existindo, de modo algum estão em proporção com os sacrifícios suportados?

V. Excia. acreditam que o sofisma da legalidade política inventada por Salazar no plebiscito constitucional de 1933, os sofismas eleitorais, o sofisma de uma política de União Nacional e dum apregoado nacionalismo conseguem enganar-nos ou trazem alguém convencido da legitimidade dos poderes governamentais? — V. Excias. não acreditam.

V. Excias. são os primeiros a não estarem convencidos, ademais sabendo que a melhor intelectualidade do País hostiliza o regime e tem a apoiar um forte movimento de opinião, sempre patenteados nas campanhas eleitorais.

Porque, então, continuam vinculados a uma ditadura hipócrita, desumana e imoral?

Dar-se-á o caso de V. Excias. terem que as instituições sucumbam, a ordem social seja subvertida, que a Nação não esteja apta para viver um regime de legalidade constitucional e respeito pelos direitos essenciais, semelhançamente ao que acontece nos países membros da NATO, — Ou que sem Salazar, V. Excias. já não sejam os mesmos, não possam continuar garantindo, a ordem (aliás) entre gente que se tem mostrado (ordêira) que se caminha para um maior perigo comunista em Portugal (organizando-se) as forças democráticas do anti-comunismo? ou que estejam influenciados pela ideia de que o "poder caia na rua" por não haver fóra do regime valores que assegurem a fé fora do regime valores que assegurem a governação e a prosperidade, slogan desde sempre desmentido e inacreditado? Não, não é possível que sejam essas as dificuldades.

A serem dessa ordem as razões de V. Ex. as, a existirem tais inibições, ter-se-ia que pôr em dúvida a inteligência, a cultura, o sentido das realidades dos nossos altos responsáveis militares. Dúvida que não se pôe porque é a eles que os portugueses confiadamente outorgam a Defesa e a Segurança nacionais.

Os portugueses sabem que as Forças Armadas estão à altura da sua missão e que seus dirigentes têm a compreensão nítida, clara, das mistificações e sofismas em que assenta a política de Salazar.

Porque, então, continuam espargindo os incensos do culto da personalidade?

No acto de posse do vosso cargo ministerial, nas visitas a unidades de subsecretários e em outros actos oficiais vem sendo afirmado que o Exército deve afastar-se da política, observando em tal matéria completa neutralidade.

Algo semelhante a uma retirada em boa ordem que, no entanto, cobriria a permanência do terror, da violência, da intimidação e de represálias contra multidões indefesas, multidões da mesma forma indefesa à repressão das polícias, da censura, das leis ditatoriais, dos tribunais políticos, como bem se sabe, suficientes para prolongar o regime, independentemente de haver ou não ostensivo colaboracionismo militar.

Com o Exército fóra da política, vêm para a rua as forças militares, em grande parada com fascistas armados, festejando uma data de natureza absolutamente política.

Com o Exército fóra da política, as tropas, no Porto, desfilam atrás de polícias e legionários, assistindo a grande missa comemorativa de 82 de Maio.

Com o Exército fóra da política, mais governadores civis, mais presidentes camarários de alta patente militar são destacados para servir a actual política e mais discursos eles pronunciam de apoio a Salazar.

Onde é que o Exército precisa afastar-se da política e para que serve fazê-lo se antes não for implantada uma verdadeira ordem constitucional?

A V. Exa., como mais alto representante das Forças Armadas, um português que sente os mesmos sentimentos que hoje são comuns à maioria da Nação, o seu prestígio, junto de todos os camaradas, a fim de os persuadir a que reassumam, em conformidade com um imperativo patriótico idêntico ao que antecedeu o 28 de Maio, as responsabilidades do mando e da solução pacífica de todos os irridimentos gerados.

Não se lhes pede revoluções. V. Exas. podem, sem um tiro, sem perturbações, quando quiserem, dizer ao Ditador que se demita e ele demitir-se-á, com a mesma resignação que se demitem os seus ministros quando ele lhes dá essa ordem. Ninguém se aventurará a defendê-lo num ambiente interno e externo de inteira descrença em Salazar. Haverá, sim, uma explosão nacional de alegria e o entusiasmo, os aplausos públicos pelo acto de V. Exas. deixarão automaticamente de fazer permanecer.

Não se lhes pede a desordem. V. Exas. são as forças da ordem, têm nas mãos todo o controle das manifestações que resultem da euforia, do contentamento, subsequente à notícia da demissão. De resto a alegria não é a desordem com V. Exas. à frente dos acontecimentos seria infantil acreditar que intuídos perturbadores procurassem aproveitar-se do momento.

Não se lhes pede o Governo. V. Exas. quem deve assumir o comando das funções governamentais do País pelo tempo necessário a uma transição ordeira e construtiva, chamando a colaborar individualidades que constituam um bloco de concentração. V. Exas. têm o dever dessa resolução a fim de dar aos portugueses uma alternativa pacífica para o litígio crónico Situação-Oposição, alternativa que hoje, com execução de alguns históricos fascistas, é correntemente considerada a forma adequada à transformação cautelosa por que têm de passar as estruturas políticas, as posições adquiridas e as regras de governamentação.

Prolongar o litígio por comodismo, por medo a Salazar ou por medo de enfrentar o que vem, não é resolver problemas, nem é consolidar os terrenos em que tem de caminhar a Nação.

Enquanto uma alternativa positiva e eficaz se propõe a V. Exas., e ao País, Salazar, o grande estadista, propõe "aguentar, aguentar", nada mais do que fazer prolongar um tema sem doutrina válida, anacrónica na civilização ocidental, experimentado e desacreditado, que não oferece outras perspectivas além de mais polícia, mais polícia, mais torturas, mais prisões, mais censura, maiores intolerâncias, por muito que os fanáticos gritem e tornem a gritar viva Salazar.

É tempo de V. Exm. reconhecerem que vale a pena um período para o diálogo, a concretização das ideias, mesmo que haja de fazer-se paragens ou rever situações, se ele potencializar para o futuro maior aceleração e maior confiança na unidade que, dentro da variedade, se impõe a portugueses, em torno de problemas que estão na base da continuidade, da supremacia de todos os valores essenciais à presença e prestígio no mundo da imensa Nação.

Não interessam, por isso, rãlallações, não importam erros cometidos, não queira ninguém, seja de que lado for, oferecer as suas panaceias. O que importa é o diálogo honesto, útil, a seriedade política e adição de pessoalismo, a crítica criadora e a liberdade de expressão.

→ (Continúa na página 6)

Uma Frente de Batalha Chamada Poesia

COLHIDOS DE LIVROS E REVISTAS PUBLICADOS EM PORTUGAL, OS POEMAS ORA APRESENTADOS EVIDENCIAM A PROLONGADA RESISTÊNCIA OFERECIDA PELOS POETAS À DESUMANIZAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA LEVADA A EFEITO PELO REGIME DE SALAZAR.

LIBERDADE

*Ser livre é querer ir e ter um rumo
e ir sem medo,
mesmo que sejam vãos os passos.
É pensar e logo
transformar o fumo
do pensamento em braços.
É não ter pão nem vinho,
só ver portas fechadas e pessoas hostis
e arrancar teimosamente do caminho
sonhos de sol
com fúrias de raiz.
É estar atado, amordaçado, em sangue, exausto
e, mesmo assim,
só de pensar gritar
gritar
e só de pensar ir
ir e chegar ao fim*

1943

ARMINDO RODRIGUES

SONETO

Acusam-de de mágoa e desalento,
como se toda a pena de meus versos
não fosse carne vossa, homens dispersos,
e a minha dor a tua, pensamento!

Hei-de cantar-vos a beleza um dia,
quando a luz que não nego abrir o escuro
da noite que nos cerca como um muro,
e chegares a teu reinos, alegria!

Entretanto, deixai que me não cale:
Até que o muro fenda, a treva estale,
seja a tristeza o vinho da vingança.

A minha voz de morte é a voz da luta:
Se quem confia a própria dor perscruta,
maior glória tem em ter esperança.

1948

CARLOS DE OLIVEIRA

Perfilados de medo

Perfilados de medo agradecemos
O medo que nos salva da loucura
Decisão e coragem valem menos
E a vida sem viver é mais segura
e
Aventureiros mas sem aventura
Perfilados de medo combatemos
Irónicos fantasmas à procura
Do que não fomos do que não se-
remos

Perfilados de medo já sem voz
O coração nos dentes oprimido
Os loucos fantasmas somos nós

Rebanho pelo medo perseguido
Já vivemos tão juntos e tão só
Que da vida perdemos o sentido

1952

ALEXANDRE O'NEILL

★

Amarram-no a uma árvore...

Amarraram-no a uma árvore,
florida de vermelho...

(Que lhe falta para a cruz?)

Rasgaram-lhe as carnes
com chicotes de unhas...

(Até já tem chagas!)

Sangraram-lhe a fronte
com arame farpado...

(... e coroas de espinhos!)

E agora vai morrer
na planície dos lobos...

(Nem lhe falta o calvário!)

Mas não é um Deus, ouviram?

É um homem
que vai morrer pelos outros
homens,
sem ressurreição nem céu!

Um homem apenas
sem a alegria dum destino na
morte!

Um homem apenas
com um Momento Terrível
de suor e nuvens!

Um homem apenas
com deuses fuzilados nos olhos

1939

JOSE' GOMES FERREIRA

DESTA VERGONHA DE EXISTIR OUVINDO...

*Destu vergonha de existir ouvindo,
amordaçado, as vãs palavras belas,
por repetidas quanto mais traíndo
tornadas vácuas da beleza delas;*

*desta vergonha de viver mentindo
só porque escuto o que dizeis com elas;
desta vergonha de assistir medindo
por elas as injúrias por trás delas*

*ao mesmo sangue com que foram feitas,
ao suor e ao sémen por que são eleitas
e à simples morte de chegar-se ao fim;*

*desta vergonha inominável grito
a própria vida com que às coisas fito:
Calai-vos, ímpios, que jurais por mim!*

1955

JORGE DE SENA

A VOZ ENTRE MURALHAS

*O osso descarnado
a água escassa
e estes ferros
nos pés
e estes ferros*

*Este rio de suor
a dor inteira
e esta noite
de granito
e esta noite*

*Este chicote
rasgando-nos a boca
mas não o grito
companheiro
até quando
companheiro*

1958

CARLOS MARIA DE ARAUJO

DUAS QUADRAS

Podem encher-me os punhos de grilhetas,
Ou pregar numa cruz a vida minha.
Não é canto propício de poetas
O velho medo que guarda a vinha.

O antigo é a doença que eu mais detesto:
É viciar o que já foi virtude!

O tornar ao passado é sempre um resto,
Ou, pior, uma falta de saúde.

1947

AFONSO DUARTE

Redigida há meses e, entretanto, fartamente distribuída em Portugal, impressa ou datilografada, chega-nos uma interessante carta aberta do líder democrata dr. Rodrigo de Abreu ao ditador Salazar.

Reproduzimos este documento, não só em atenção ao valor intelectual de quem a subscreve, mas sobretudo por que nele se emitem conceitos que interessam sobremaneira a todos os Democratas Portugueses.

Tendo lido atentamente o Discurso por Vossa Excelência pronunciado na posse da nova Comissão Executiva da União Nacional, peço a Vossa Excelência me permita que na minha qualidade de cidadão português, no livre exercício dos seus direitos políticos, e ainda ao abrigo do Art. 8.º da Constituição Política da República Portuguesa, eu lhe exponha as reflexões que as afirmações políticas de tal discurso em mim provocaram.

Começo por não compreender que ao fim de 32 anos de intensa acção política, propaganda e doutrinação, ao serviço dessa política ainda seja necessário despertar os adormecidos, incitar tíbios e reacender por toda a parte a fé.

Há no Discurso de Vossa Excelência muitas verdades e a primeira é a afirmação de que o Povo tende para a unidade e aprende quase por instinto o interesse colectivo. Simplesmente esse interesse colectivo, à força de tantas vezes repetido e apregoado, tornou-se um mito, que já não sabemos bem ao que corresponda, quando vemos o mesmo Povo impedido de livremente poder fazer ouvir a sua voz.

Se o povo só aspira a ser bem conduzido e bem governado, é evidente que essa condução e bom governo só pode conhecer-se através da livre manifestação da sua vontade.

Ora no nosso caso, o Povo nunca foi ouvido e a própria Lei da Imprensa não permite que o seja: Sendo-lhe vedada "a liberdade de expressão de pensamento sob qualquer forma".

Por esse motivo o Povo não está com a União Nacional, nem com o Governo nem com Vossa Excelência.

Não Melhor seria deixar os mortos em paz e falar das urgentes e prementes misérias e necessidades actuais do Povo, para as remediar, não com esmolas, nem paliativos, mas com trabalho, pão e justiça.

Aquilo a que Vossa Excelência chama divergências ocasionais e a que não quer dar valor, são sem dúvida atitudes e posições diferentes, não ocasionais, mas com a sua flagrante razão de ser, como resultado de uma série de erros políticos e económicos que apenas se reflectido em agravo da consciência nacional e mal estar do Povo.

Certamente não é alheio a Vossa Excelência todo esse ingente coro de protestos que de há muito vem ecoando sob as abobadas da Assembléa Nacional, através dos discursos; críticas e comentários de muitos dos seus mais esclarecidos e bem informados representantes.

Ainda na Sessão de 9 do corrente o Senhor Eng. Camilo de Mendonça afirmou que há 20 anos vivíamos sob o desacerto da política económica das gorduras, que é um dos capítulos vitais da economia nacional, e onde no dizer do ilustre deputado existe uma desordem artificialmente criada e oficialmente mantida, chegando tal desacerto ao ponto de se exportarem gorduras com prejuizo avultado, enquanto por outra parte se importa óleo e azeite com encargos ruinosos. Em 1956 importaram-se gorduras com prejuizo nacional, depois de se haverem exportado também com prejuizo. Será isto do interesse nacional? Representará também esse interesse as centenas de toneladas de batatas estrangeiras, que apodrecem nos cais do porto de Leixões, e da carne congelada e bacalhau deteriorados que foi necessário retirar do consumo público, quando há tanta gente com fome?

Não será verdade, que a América nos considera um povo sub-alimentado e por isso nos envia, por esmola, centenas de toneladas de farinha, queijo, leite e manteiga?

Ora, são estes os problemas de interesse nacional, os que no Povo despertaram a sua consciência política e ao qual, no mesmo gesto de protesto,

a pode gerar e temer aqueles que por meios violentos e deshumanos, e até com prejuizo do progresso social dos povos, para a elevação do seu nível de vida.

A ideia da revolução catastrófica só flagrante violação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, se opõem à revolução ordeira e evolutiva e se arvoram em senhores e mandatários de uma causa, que o Povo não lhes confiou, mas que sómente pelo Povo lhes pode ser confiada. Do que se trata, no pensamento da grande maioria do povo português não é de culpabilidade criminosa, mas de um desejo profundo e colectivo de libertação para fora de um ambiente moralmente pernicioso e degradante, infestado pelos miasmas mortíferos da desconfiança, da incerteza, da suspeita e da dúvida. Este ambiente alastra por toda a parte e domina em todas as esferas, no Exército, na Magistratura, nas Escolas e no Funcionalismo Público. É uma chaga aberta no corpo da Nação, correspondendo a sua espiritualidade e tornando difficilima a reconstrução da sua dignidade moral e cívica.

Quando as fontes morais e espirituais de um Povo são prejudicadas, não há verdadeiro suporte nem alicerces da sua existência.

A própria Moçidade, que é toda uma, recusa-se a ver no actual sistema educacional uma garantia segura do seu futuro. Ainda há dias o deputado Senhor Dr. Urgel Horta afirmou que as dificuldades do Ensino Liceal eram superiores à própria resistência moral e física dos estudantes, e que o esforço que ao estudante hoje é exigido, pela classificação de violento e atentatório do seu desenvolvimento. Estamos conscientemente a destruir a saúde dos nossos filhos, não lhes sendo permitido um fim de semana, que os deixe por algumas horas abandonar o ar poluído das cidades, visto que não podem sair ao Sábado, e alguns, às 8.30 de Segunda-feira têm de estar presentes nas Escolas.

Se a Juventude actual, principalmente a Universitária, sofre de uma angústia e se lamenta, não é por sentir a sua alma vazia, mas por experimentar o coração oprimido e a inteligência enclau-

mentos e de boa vontade. Não deserdará do amor da Pátria, nem da dedicação da família, nem dos sacrificios dos antepassados, que lutaram pela liberdade, e tão mal julgados são.

Vossa Excelência tem confundido entre Nação e Povo, entre Governo e Estado, e criando com essa confusão a "estatolatria", quando verdadeiramente a Nação é o Povo e não o Governo, nem o Estado, os mais não passam de órgãos ao serviço da Nação, ao serviço do Povo, de que Vossa Excelência e todos nós fazemos parte, graças a Deus.

Os discursos de Vossa Excelência encontram-se impregnados dessa idolatria de Estado, espécie de talismã que tudo há-de resolver sem consultar nem ouvir o Povo, nos seus anseios e nas suas necessidades.

O Estado também não é a União Nacional. Dentro do Art. 24.º "os funcionários públicos estão ao serviço da colectividade e não de qualquer partido ou organização de interesses particulares, incumbindo-lhe acatar e fazer respeitar a autoridade do Estado". O Estado é o Estado e um sistema orgânico de leis justas e de normas de conduta humanas e nada mais.

Com os seus últimos discursos Vossa Excelência em vez de contribuir para a Unidade Nacional tem provocado o descontentamento e o afastamento para fora daquela frente, que Vossa Excelência julga manter unida, mas separa cada vez mais do seu pensamento político.

Sem dúvida o Povo precisa de crer em alguém e em alguma coisa, mas o que ele já não acredita é em Vossa Excelência, quando se arvora em Chefe de um Partido Unico apoiando-se na força de funcionários públicos (a Polícia), cuja competência é apenas velar pelo cumprimento das leis, proteger os cidadãos e garantir a ordem.

É certo que se não pode brincar com a política, nem agitar paixões, nem alimentar a consciência pública com promessas illusórias.

O que é preciso é apresentar e resolver os problemas nacionais, concretos directamente relacionados com a situa-

CARTA ABERTA AO GEN. BOTELHO MONIZ

(cont. pag. 4)

Para tanto há que começar por freio às violências, abolir o dispositivo para a repressão injustificada, fazer coexistir pacificamente todas as opiniões. Coisas simples, moderada e justa, mas que repugna à intransigência feroz de Salazar, um fôssil pretencioso, um cérebro petrificado.

Absurdamente os altos dirigentes das Forças Armadas interessam-se mais pela opinião desse homem do que pela opinião do País, incongruência que não podia deixar de gerar as críticas e antipatias frequentemente ouvidas.

Para depôr esse homem, para derubar o falso idolo, basta de vós um sópro, um gesto, uma palavra. Num comunicado ao País, vós, altos dignatários, militares, direis que ele está demitido — e ele, o todo poderoso, o divino, o magnífico, estará de facto demitido. Ninguém, repito, se sentirá com autoridade moral para o defender, em parte alguma há ambiente para a sua defesa.

Na conjuntura actual sois vós os únicos que estais em condições de oferecer ao País, sem tiro, sem perturbações, a alternativa do litígio que cava fundo a divisão nacional.

Se o fizerdes a Nação o agradecerá, a Nação há-de receber-vos em apoteose.

E ficareis surpreendidos pelo modo como, afinal, foi tão fácil repor o País na sua trajetória para a Democracia, o parlamentarismo e a liberdade, em conformidade com os fundamentos da OTAN e da comunidade dos povos livres do mundo ocidental.

Ao General Júlio Botelho Moniz, chefe supremo das Forças Armadas, se pede — pedem os portugueses — que reúna os seus camaradas e lhes diga que cumpre aos militares realizar aqui o que aos civis, através do concurso pacífico de eleições, não tem sido possível: a mudança do sistema político criado pelo fascismo. Lhes diga que o que está mal, as violências, as perseguições, desmandos da polícia especial, a asfixia da opinião e o histerismo ameaçador dos fanáticos fascistas, são a coisa mais repugnante e covarde do regime. Que não foi este o objectivo do 28 de Maio e o que o Exército é o penhor perante a Nação da dignidade, da computura, da grandeza moral que um sistema de sua autoria devia observar.

As Forças Armadas e só as Forças Armadas cumpre o imperativo de intervir pelos meios convenientes para a solução do problema político.

De V. Exa. Sr. General Júlio Botelho Moniz, se espera a iniciativa imediata de uma intervenção nesse sentido e V. Exa. é para esse fim a figura idónea e indicada.

a) Um grupo de oficiais

CAMPANHA DE NATAL DO PRESO POLÍTICO

"Portugal Democrático" está promovendo a Campanha do Natal do Preso Político que se destina a angariar fundos para que, na noite de Natal, haja um pouco mais de pão na mesa das famílias daqueles que, por terem gritado NÃO ao regime que oprime Portugal, estão encarcerados nas prisões salazaristas e impossibilitados de ganharem o sustento para si e para os seus.

É um dever de todos os democratas ajudar as famílias desses homens que puzeram a defesa dos seus ideais acima de quaisquer considerações de ordem pessoal.

A Campanha do Natal do Preso Político já recebeu as seguintes contribuições:

Table with 2 columns: Name and Amount (Cr\$). Includes Portugal Democrático (1.000), Centro Republicano (1.000), General Humberto Delegado (350), Liberio Costa Lettra (1.000), etc.

Carta Aberta a Salazar

DR. RODRIGO DE ABREU

Refere-se Vossa Excelência às paixões desencadeadas durante o último período eleitoral, reconhecendo que elas ameaçam abrir brechas na frente nacional. No entanto esse movimento indiscutivelmente e inofensivamente ordeiro e patriótico desde a sua primeira hora, em que trezentos mil pessoas ovacionaram, com absoluta disciplina, aqui no Porto, o Candidato da Oposição, sua Excelência o Senhor General Humberto Delgado, não foi por esse motivo um desencadeador de paixões, mas um protesto firme e ordeiro, no qual claramente se afirmava a tal apreensão instintiva do seu desejo de ser bem conduzido e bem governado.

Quando Vossa Excelência fala de um denominador comum do interesse nacional, o Povo não compreende tal denominador, porque reconhece de há muito, praticamente, que esse não é o seu interesse, de tal maneira se tem visto abandonado e tratado sem consideração razoável pelos seus direitos cívicos e económicos.

Reduzindo a arte de governar a meia dúzia de princípios incontroversos e linhas de acção indiscutíveis, Vossa Excelência mostra-se adversário irreductível da discussão e da controvérsia, considerando um artifício das divisões e a diversidade de pensamento político como um mal, daqui se concluindo, naturalmente, que Vossa Excelência partilha a ideia do absolutismo, precisamente o que o povo não acata, nem aceita nem nunca reconheceu em Portugal, desde as mais remotas Cortes, às mais recentes, onde fez ouvir a sua voz.

Reduzir tudo a um índice comum é negar a própria natureza, cuja Lei por excelência é a da variedade e diversidade. Para isso vai a responsabilidade moral, o civismo e dignidade humana, quando o direito de pensar e de falar é negado, e com ele o próprio exercício da liberdade e política?

Como tantos outros, Vossa Excelência ainda não ultrapassou essa já gasta técnica de espeznhar, denegrir e atacar o passado e as infelicidades da Pátria, motivadas por terríveis contingências históricas, de que não tivemos culpa, como se em Portugal, antes da actual Situação, não tivesse havido Portugueses honrados, patriotas e esclarecidos políticos, mas apenas desperdiçadores de valores, incendiários de ódios, e enfraquecedores de Governos até à impotência, amesquinamento e descrédito da

se juntaram os Monárquicos e os Católicos citados por Vossa Excelência, precisamente para romperem essa frente política e essa União, que julgou muito justo, muito honesto e muito legal, que o mesmo indivíduo respondesse ao mesmo tempo como réu de dois crimes: o de ter vendido azeite com mistura e de o ter vendido sem mistura. Triste Moral e triste Justiça a destes tempos.

Se aos Liberais, se juntaram no seu aplauso os Católicos e os Monárquicos, é porque viram menosprezada a sua independência, todos comungando no mesmo anseio de romper essa frente, que, por processos tão estranhos, se arvora em defensora do interesse nacional mas que, inevitavelmente mais representa os altos interesses de uma minoria oligárquica.

Que muito se retiraram, Vossa Excelência o reconhece; alguns até dos que sempre o acompanharam, sendo caso para perguntar se seriam apenas alguns...

Vossa Excelência tem-se referido algumas vezes, nos comunistas e já dis se até, num discurso, que eles eram uma facção sem esperança e sem futuro, no entanto, agora Vossa Excelência considera da maior gravidade o seu aplauso às forças discordantes de Vossa Excelência, pela perturbação lançada em muitas consciências até agora tranquilas.

Quando um dos categorizados e conceituados Bispos Católicos discorda de Vossa Excelência e põe em dúvida a eficácia da tal meia dúzia de princípios incontroversos e de linhas de acção indiscutíveis, recebendo, o aplauso unânime dos liberais, não se pode tratar de outra coisa, que não seja de uma divergência profunda de princípios a não de desvarios transitórios de ordem emocional.

Por toda a parte, tanto no mundo político, como social e económico estão a verificar-se grandes transformações, mas, politicamente, Vossa Excelência não quer mudar, não quer reconhecer que o dinamismo, a evolução social, a expressão da própria vida e da história na sua marcha progressiva para a realização e conquista da dignidade humana, na sinceridade e na justiça. Não são essas transformações o que perturba ou enlouquece a humanidade, e se de perturbação ou loucura se pode falar, essa é que resulta de todo o espírito dogmático, que teima em manter-se rígido e indiscutido no seu dirigismo económico,

surada. O grande problema da Juventude não é tentar arrebanhá-la, nem pô-la deste ou daquele lado, mas dar-lhe as possibilidades de poder pensar por si mesmo, e permitir-lhe que livremente e sem receio respire o ar puro da cultura europeia e mundial. Os tempos hoje são outros. Não podemos fazer confrontos com um passado, o qual apesar de todos os defeitos que lhe apontam foi uma época em que livremente se podiam manifestar todos os que tinham um ideal. Assim, a Vossa Excelência que tendo saído do Seminário, professando ideais católicos, encontrou abertas as portas da Universidade, onde sem perseguição fez o seu Curso, atingiu o elevado grau de Professor e chegou ao lugar que ocupa.

É de estranhar que tendo Vossa Excelência ocupado as pastas das Finanças, das Colónias, dos Estrangeiros e da Guerra, nunca tivesse querido gerir a da Educação Nacional, onde naturalmente teria adquirido um conhecimento exacto deste grandioso problema. Assim não teria permitido que pessoas quase analfabetas ocupassem lugares de Professores, como sucede com os Regentes do Ensino Primário, espécie de pedagogos improvisados, com cultura e capacidade de ensino deficientes... Mesmo assim, em 1957 havia mais de 1.200 postos escolares sem regentes, e mais de mil escolas sem professores...

Queixa-se Vossa Excelência que a Juventude se afasta, mas isso é devido ao desprezo com que é tratada e ao muito que tem aprendido na escola do sofrimento, privada muitas vezes de pão, de justiça e de agasalho.

A Juventude afasta-se porque tem o estômago vazio e não descobre as razões de ser tão maltratada e esquecida. Esta afirmação não implica Facciosismo da Oposição. É ainda o ilustre deputado Dr. Urgel Horta a afirmar na Assembléa Nacional, que a vacinação anti-tuberculose BCG não conseguiu ultrapassar os 11.º, no período de três anos o que lhe nega significação útil e valor social, que só será possível quando atingir a percentagem de 70%. Até lá as camadas populacionais não estão protegidas contra o terrível flagelo...

Dignasse-se Vossa Excelência a prever e a prover as necessidades da Juventude que ela estaria toda ao lado de Vossa Excelência, pois a sua alma está cheia de bons pensamentos, de bons sen-

ção económica das classes trabalhadoras e não com teorias políticas abstractas.

Também tem de ser resolvido o problema de se saber esclarecer, concretamente, se a União Nacional, se Vossa Excelência e o Governo da sua nomeação exprimem a vontade nacional. O nosso desejo, como certamente o de Vossa Excelência é construtivo.

Divergem os pontos de vista, mas não me anima nenhum ressentimento nem ódio.

O que digo é a expressão sincera, leal e resultante da minha observação directa dos factos e constante contacto com a realidade económica e social do país.

Isto quiz eu dizer pessoalmente a Vossa Excelência no fim da última campanha eleitoral, como é do conhecimento de Vossa Excelência e da Polícia de Defesa e Vigilância do Estado.

Fico esperançado de que as minhas palavras serão lidas por Vossa Excelência com a mesma serenidade objectiva, com que eu as escrevi, tendo unicamente em vista a grandeza, o prestígio e o bem de Portugal.

Com a mais elevada estima e consideração subscrevo-me de Vossa Excelência,

A Bem da Nação
Rodrigo Teixeira Mendes de Abreu

"Casa de Portugal" em São Paulo

Acreditamos que é primeira vez que nas colunas deste jornal se inscreve o nome da "Casa de Portugal" em São Paulo. E fazemo-lo para louvar a "Casa de Portugal", por ter convidado a fazerem conferências na Capital Bandeirante não só os membros da "delegação oficial" que participaram no "Colóquio Luso-Brasileiro" da Bahia, mas também os restantes em excepção. Os democratas portugueses regozijam-se pelo facto de, finalmente, os orientadores da "Casa de Portugal" em São Paulo terem entendido que pode fazer-se perfeitamente a distinção entre um regime e a Cultura Portuguesa. E esta, como se sabe, isto é, como pretende a larga maioria dos intelectuais do nosso País, nada tem a ver com a odiosa ditadura de Salazar.

Salazar o mais abjecto dos Ditadores

NEWTON CARLOS

Publicou a revista "SR." (setembro) um magnífico artigo, intitulado "Os ditadores do mundo livre", que reproduzimos, na parte que especialmente nos interessa, isto é referida à paternal ditadura do sr. O. Salazar:

O mundo não comunista, aquele que se convencionou chamar de "mundo livre", não é tão livre quanto afirmam os apologistas de que a liberdade só não existe além das fronteiras da Europa Oriental, da União Soviética e da China de Mao Tsé Tung. A América Latina, o primo pobre deste nosso "mundo livre", esteve, até há pouco, às voltas com dez ditaduras militares, expressão atenuada com as quedas sucessivas de Perón (Argentina), Odría (Peru), Rojas Pinilla (Colômbia), Perez Jimenez (Venezuela), Batista (Cuba) e Castillo Armas (Guatemala). Sobrevivem Strossner (Paraguai), Trujillo (República Dominicana) e Somoza (Nicarágua), surgindo ainda uma incógnita: Fidel Castro, de Cuba.

O maior sistema defensivo da Europa Ocidental foi montado num país que suporta uma ditadura com a sua terceira década em curso. Na Espanha de Franco, os Estados Unidos já gastaram mais de 300 milhões de dólares em bases militares, subindo a quase um milhão de dólares (305 milhões para o desenvolvimento nacional, 284 milhões na venda de excedentes agrícolas em pesetas, 130 milhões em alimentos e 138 milhões em empréstimos do "Eximbank) a ajuda americana ao regime franquista. Ao lado, denominado a parte atlântica da Península Ibérica, está instalado o Dr. Oliveira Salazar, membro da OTAN cuja ditadura só encontra paralelo, em matéria da duração, com a de Trujillo.

O Salazarismo treme em suas bases (...) Dominando a parte atlântica da península, está o salazarismo, que também já treme em suas bases. Em maio de 1926, uma coligação heterogênea de militares republicanos sinceros e mal intencionados, de negociantes com olho no monopólio de tabaco e de financistas de caixa quebrada fez a revolução em Portugal.

A partilha dos despojos republicanos, cujas finanças já iam mal, e o fracasso de um empréstimo externo, patrocinado pela Sociedade das Nações, colocaram o governo revolucionário num impasse. Foi por isso que Oliveira Salazar, professor de Economia Política em Coimbra e candidato da Igreja, ascendeu à posição de Ministro das Finanças, indo, depois, a Primeiro-Ministro, cargo que ocupa há trinta anos.

O que mais canta a propaganda oficial portuguesa, à sua maneira, é a obra de Salazar como financista. Essa propaganda diz:

1) Que um operário português ganha, em média, 30 escudos por dia, ou seja 60 cruzeiros; 2) Que a balança externa de pagamentos sempre foi deficitária; 3) Que não se fazem investimentos públicos desde 1952, sob o pretexto de manter o equilíbrio orçamental; 4) Que o equipamento hidroelétrico do país só agora começa a ser realizado; 5) Que o sistema colonial português de administração directa mantém os territórios Ultramar na miséria e na ignorância.

Há 30 anos escolhido Primeiro-Ministro pelo Presidente da República que faz eleger, Salazar instalou em Portugal uma ditadura policial, com partido único (a União Nacional, salazarista), Parlamento sem oposição (120 deputados salazaristas) e censura ostensiva da Imprensa. Há trinta anos que a história se repete: trinta dias antes das eleições, os partidos democráticos (1), proibidos a partir de 1928, são autorizados a reaparecer; cedo, seus líderes, esquecidos há longo tempo, exigem do ditador o restabelecimento das liberdades públicas e publicam seus programas; o ditador lhes nega as liberdades públicas, o Ministro do Interior desaprova seus pro-

gramas e os líderes democráticos, indignados, retiram suas candidaturas, deixando o caminho limpo para o candidato oficial. Da última vez, no entanto, o candidato da oposição, General Humberto Delgado, foi até ao fim, obtendo oficialmente um voto em cada quatro. Era demais para o ditador: os presidentes serão, doravante, eleitos indiretamente pela Assembleia Nacional. De maneira geral, a medida foi considerada desnecessária, porque o sufrágio universal em Portugal é cercado de rufas preocupações oficiais inclusive proibindo o voto a todos que professem ideias ou exerçam actividades "contrárias aos interesses do Estado", que é praticamente impossível a derrota do Governo.

Em 1933, Salazar promulgou a sua Constituição, de espírito corporativista. A 28 de abril de 1959, quando completou 70 anos, pensou-se que ele, finalmente abandonaria voluntariamente o cargo de Primeiro-Ministro. A 12 de março fôra descoberto e abortado um golpe militar. Desde 1956, quando o Cardeal Cerejeira proclamou a independência da Igreja em relação ao Estado que vem sendo aprofundadas as divergências entre o ditador e os católicos. A oposição cresce na clandestinidade, onde um "Comité dos 35" vai reagrupando, há um ano, os liberais e os intelectuais de esquerda. Mas Salazar não abdica, continuando na sua função de mantenedor da ordem, a serviço do dinheiro, ou melhor, dos que concentram o dinheiro em suas mãos. Nessa tarefa, é ajudado pela PIDE — polícia internacional de defesa do Estado.

(1) O ilustre articulista deve ter sido mal informado: nem durante os trinta dias de liberdade os partidos são autorizados a reaparecer. Todos os oposicionistas actuam individualmente, desvinculados de qualquer partido, já que um só é permitido: o da chamada "união nacional" (nota da redacção).

EMIGRAÇÃO, SINAL DE MISÉRIA

O Instituto Nacional de Estatística, de Lisboa, publicou o seu "Anuário Demográfico", relativo a 1958, pelo qual se verifica que neste ano abandonaram Portugal 34.030 emigrantes, dos quais 58,27 por cento se destinaram ao Brasil, 13,79 à França, 11,97 à Venezuela, 4,76 ao Canadá e 4,69 aos Estados Unidos da América do Norte. Os emigrantes eram constituídos por 7.368 menores de 15 anos e 26.662 maiores de 15 anos.

Os que apregoam a prosperidade que de, ano para ano, é oferecida ao Povo Português, aqui se dá o mais cabal desmentido.

QUANDO OS LOBOS UIVAM
Romance de AQUILINO RIBEIRO
A Cr\$ 180,00

Pedidos à administração deste jornal

TEM A PALAVRA OS ESTUDANTES UM UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO EM COIMBRA

Luiz Uvaldo Gonçalves F.

Com viva satisfação, "Portugal Democrático" insere, nesta coluna oferecida a todos os estudantes portugueses, o artigo de um jovem brasileiro que tentou fazer o seu curso numa Faculdade lusitana. Não o conseguiu, pelas razões que explica. Sublinhamos que ao incluímos este artigo na série que esperamos divulgar, simbolicamente reafirmamos, pela voz deste universitário brasileiro, a identidade de opiniões entre estudantes do Brasil e de Portugal em relação ao odiado chefe do fascismo luso.

A contactar directamente com a vida portuguesa, durante um ano, pude sentir o sufocamento de um povo à sombra do leviatã estatal português. Sistema e regime estatal em desconexão, inadequação, com os anseios da nação portuguesa. Realidade, contudo, inaceitável para todo aquele que, distante do teatro dos fatos, dá crédito às notícias propaladas pelas agências propagandistas de Salazar. O grande homem que, por achar desatualizado, inoperante, no mundo dos nos dias, o conceito de liberdade, sobrepôs uma ideia de segurança, carecendo toda liberdade, no afã de corresponder às necessidades e espírito do povo português. Quanta ironia! Se fizermos tábua rasa do pensamento e da sua liberdade de comunicação, podemos entender por segurança o seguinte: conforto material (barriga cheia), satisfação actuante quadrada a um futuro em consonância com o progresso do presente, enfim, a atenta e pronta resposta às solicitações materiais do povo. Pois bem, em Portugal, nada disso se sente. Se as aparências iludem ao turista endinheirado, a realidade, o statu quo, não embala aqueles que já sentiram e os que ainda sentem e sofrem os despatérios de um homem de ideias apoucadas, garroteados da cultura portuguesa, o grande mistificador da nação. A candura com que me deixei envolver pelas miraculosas referências do Estado Novo, e minha concomitante ida para Coimbra, onde, lamentavelmente, pretendia fazer o curso de Direito, hoje abunda de motivos revoltosos, pois fui ultrajado, assim como todos os portugueses (o trabalhador português) o tem sido, sob uma ditadura esterrecadora. Sobre o ensino do Direito escuso-me de falar: é incontestável como, encaixado nas diretrizes governamentais, jugulado pelo regime da rólha, discrepa de qualquer orientação e formação mais equânime com o verdadeiro sentido do jurídico. O mal enferma todo o ensino, ainda sob uma metodologia retrógrada, anti-racional. A filosofia do Estado Novo, corpo de ideias anti-democráticas, arrocha a expressão e expansão da cultura portuguesa, conquanto, à guisa de talvez, certa tolerância ou transigência, ilusoriamente, serve-se de rótulo muito vago, ineficaz, "Democracia Orgânica", certamente virando às avessas o conceito de democracia, amoldando-o a um nacionalismo chauvinista, torto, política de frio isolamento que não se coaduna com o mundo contemporâneo. Minha estada em Coimbra, como estudante, foi sempre um repatório de lamentações, descontentamentos, em torno dum conformismo humilhante, dos colegas queridos, minha "malta" inesquecível; gente jovem, geração do Estado Novo, sequiosa dum "modus vivendi" diferente, desejosa de livrar-se do marasmo que a achata espiritualmente. O ódio à PIDE, gestapo de Salazar, é sentimento em crescendo nutrido dia a dia pelos estudantes, e todos nacionais, já saturados da opressão que os vexa. O estudante português, mau grado a negativa participação, passividade, nos destinos políticos do Estado, não se coaduna mais com a "apologia à miséria", tópico constante nos discursos de Salazar. O divórcio, entre o Estado e a nação, para ser sentido, requer experimentação, convivência: é preciso compartilhar daquilo que oferece a vida portuguesa, convivência: é preciso compartilhar daquilo que oferece a vida portuguesa, sob jugo do Estado Novo, e ver, então, o porquê de brutal alheamento, leitor duma imprensa mentirosa, estupidificado pelo estado de coisas, meio acordeirado, para que se abomine os responsáveis da calamidade que chafurda com a nação portuguesa. O povo padece à mingua enquanto o Estado incompleta-se a sua custa. Esta é a verdade. Creio na nação portuguesa, não mais disposta a aceitar as imposições dum Estado Hitlerista que deslustra as verdadeiras finalidades de suas tradições e cultura. O Salazarismo é chegado no seu fim. A hidra popular, prestes, anun-



Seria trágico, se não fosse ridículo

OPINIÕES INSUSPEITAS TUDO COMO DANTES

JOÃO SARMENTO PIMENTEL

Perguntava eu, há mais de dois anos (25-3-57), nesta coluna de "Opiniões Insuspeitas" que faz o governo de Salazar para suprimir os latifúndios.

A resposta está aí, em documento oficial. O volume do "Cadastro Geométrico da Propriedade Rustica," relativo ao Concelho de Beja, publicado agora. Transcrevemos algumas conclusões que se seguem aos dados estatísticos:

No estudo da mão de obra, sob o ponto de vista das necessidades e disponibilidades, verifica-se que só nos meses de Fevereiro e Março a procura é maior que a oferta. Em todos os outros meses dá-se o contrário, isto é, o desemprego da gente rural, no coração do Alentejo!

Também naquele concelho de Beja existem três proprietários cujas terras têm extensão entre 2.500 e 3.500 hectares.

Para se fazer ideia da grandeza destes autênticos condados basta dizer que um hectare é a área de um quilómetro de estrada que tenha dez metros de largo.

A estes absurdos e privilégios não cuida Salazar, patrão da grande quinta (Portugal) de pôr-lhes cobro e até para os garantir e manter tranquilamente lá está a Guarda Republicana, a PIDE, e o baluarte de Santa Margarida armado até aos dentes com o mais moderno material bélico que os americanos emprestam aos associados para a defesa da civilização ocidental — essa civilização da qual o concelho de Beja é um exemplo digno de ser visto e louvado pelos nossos comendadores salazaristas em viagem de turismo à famosa e antiquíssima "Pax Julia". E que paz!...

ELETRIFICAÇÃO

Grande reclame e discursão do tamanho da legua da Povoia na inauguração do primeiro escalão do Douro fronteiro com a central de Picote.

É no concelho de Bragança o importante melhoramento que como todos os que leva a efeito o Estado Novo, visa apenas beneficiar os ricos.

A empresa concessionária (CHENOP) era obrigada em Despacho Ministerial de 9 de fevereiro de 1956 a um programa completo para eletrificação de todo Traz-os-Montes até 31 de dezembro de 1958.

Mas vejamos qual era meses atrás neste ano de 1959 a situação das 297 freguesias do distrito de Bragança: No

conselho de Mirandela, 8; no de Bragança, 1; no de Vila Flor, 1. Quanto às sedes dos seus 12 conselhos, dois (Miranda e Vinhais) ainda esperam luz elétrica.

Quer dizer que em 3 anos eletrificaram-se 10 sedes de conselho, 10 freguesias 1 anexo (Mirandela) o que nos dá no triênio a média anual de 7.

Se prosseguir no mesmo ritmo, dentro do curto espaço de tempo de 72 anos, o distrito onde eu nasci estará todo eletrificado.

A rede de distribuição vai direta às grandes fabricas, onde o KW é vendido barato para lucro dos tubarões da industria, todos eles incorporadores e acionistas da CHENOP.

Para quanto será quando Deus quiser, que quanto ao prego nem é bom falar, já que é record na Europa, record de alta, evidentemente.

REINA A PAZ NA FAMÍLIA

Atrasados os jornais de Portugal. Os de 29 de julho trazem a notícia reconfortante do zelo salazarista pelas liberdades e bem estar dos opositores.

E, se não, vejamos:

No Tribunal Plenário da Boa Hora, sob a presidência do desembargador dr. Silva Caldeira, foi lida ontem, ao princípio da noite, a sentença dos dez imputados num processo por actividades políticas em Alhandra de VTEJ a VTEF.

Foram condenados os srs. Severiano Pedro Falcão, em cinco anos de prisão maior; Manuel José Ferreira, em dois anos e dez meses de prisão maior; António Luiz Pinheiro e Jerónimo Nunes Gomes, cada um em dois anos e oito meses de prisão maior; Américo Paulo, Manuel Pedro Falcão e Calisto Marques Esteves, cada um, em dois anos e meio de prisão maior; Raul de Jesus Carvalho, em dois anos e três meses de prisão maior; António Teixeira dos Santos, em dois anos e dois meses de prisão maior; e José Lino Ralha, em dois anos de prisão maior.

A cada um dos condenados foram ainda aplicadas medidas de segurança, com internamento, de seis meses a três anos e suspensão de direitos políticos por quinze anos.

E ainda há quem diga que o regime político vigente em Portugal não é um exemplo de benevolência e da fraternidade cristã para o congoçamento da família lusitana!

São como beijos de mãe em meninos irrequietos, as sentenças do desembargador Silvo Caldeira no Tribunal Plenário da Boa Hora, afirmarão as Vozes... e nós todos não poderemos duvidar!

OS PORTUGUESES ESPALHADOS PELO MUNDO NA BATALHA CONTRA SALAZAR

(Dos correspondentes especiais de «Portugal Democrático»)

PREPARA-SE O REGRESSO DE SANTOS COSTA

LISBOA — Salazar continua inquieto. Por um lado, sente a guerra surda que lhe movem oito milhões de portugueses. Por outro, a situação nas terras ultramarinas agrava-se. Em ambos os casos, há um só culpado: o próprio Salazar e a sua absurda política que, ao cabo de mais de trinta anos de opressão fez do chefe do fascismo o homem mais odiado de todo o País, ao mesmo tempo que levou o Ultramar à beira da ruína económica e política.

De fontes bem informadas, garantem-nos que o chefe do governo ditatorial se prepara para criar lugares de ministros-residentes em Angola e Moçambique, apontando-se, por acréscimo os nomes daqueles que devem ocupar os dois altos postos: Sarmiento Rodrigues em Luanda e Santos Costa (com as estrelas do generalato, apesar de o capitão ter chegado a coronel "sem um dia de quartel") em Lourenço Marques. Mas é evidente que, uma vez mais, se trata de simples manobra dilatória: tudo continuará como dantes, não se alterando num milímetro a presente e péssima prática colonialista.

Os tempos certificarão que a ruína do Ultramar Português é obra exclusiva de Salazar, já que só uma política democratizante poderá resolver os graves litígios que têm surgido e que certamente vão acentuar-se ainda mais, no futuro.

No que se refere, porém, a Santos Costa, tudo se encaminha para que ele seja proclamado, muito em breve, o n.º 2 do regime. Marcelo Caetano parece definitivamente afastado do posto sucessório a que sempre aspirou, enquanto que Teotónio Pereira não passa de um recurso de Salazar deitou mão para afastar — aparentemente, é certo — os dois concorrentes que se degradavam. Mas tudo indica que Santos Costa vai reaparecer.

O grande capítulo das prisões políticas não se fechou ainda, para infelicidade dos portugueses. A PIDE prossegue atuando com a sua costumada ferocidade, prendendo a torto e a direito, ao mesmo tempo que, nas masmorras, tortura cobardemente todos os que lhe caem nas mãos. A anotar a manutenção da prisão do industrial sr. Rodrigues — a qual este jornal se referiu oportunamente —, acusação de ter colaborado na impressão e divulgação da discutida "Carta Aberta a Salazar" do capitão Henrique Galvão. Apesar das declarações categóricas deste último, os implicados no caso não foram postos em liberdade, pretendendo a polícia política que as pessoas tm de confessar mesmo o que não conhecem... Mas o Neves Graça exige um culpado e os agentes fabricam-no.

Outra notícia que colhemos em fonte digna de fé respeita ao Capitão Henrique Galvão. Com efeito, os "juristas" do regime resolvem tratados e tratados, na esperança de descobrirem algo que lhes permita lograr a extradição da Argentina de Henrique Galvão. Até agora, nada encontraram. Mas, pelo sim pelo não, os "juristas" não se cansam de reusar e pensar já na hipótese de Henrique Galvão se fixar no Brasil, a fim de, nessa oportunidade, tentarem uma actuação que supõem mais profícua, relativamente aos seus desejos. Mesmo longe das fronteiras pátrias, Salazar não esmorece na pretensão de recuperar o prisioneiro que lhe escapou das mãos como uma enguia.

UMA OPINIÃO DO MAJOR CALAFATE

CARACAS — Não são muitas as notícias que neste mês podemos proporcionar aos leitores de "Portugal Democrático", relativamente às atividades do "Comité Venezuelano Pro-Democracia y Libertad de Portugal" e da "Junta Patriótica Portuguesa". Podemos, no entanto, asseverar a todos que nos mantemos firmes nesta trincheira da Democracia na terra livre da Venezuela.

Prepara-se, neste momento em que escrevemos, com interesse nunca verificado em anos anteriores, uma grande reunião dos democratas portugueses, a fim de deixarem devidamente assinalada a data inesquecível da revolução da República de 5 de Outubro. Crê-se que nessa reunião devem participar centenas de pessoas, não só portuguesas, mas também venezuelanos. Do que for essa patriótica daremos aos nossos leitores, no próximo número de "Portugal Democrático", circunstanciado relato.

Entretanto, embora com lamentável atraso, queremos transcrever, ainda que parcialmente, pois o espaço do nosso jornal nunca é demasiado, uma entrevista concedida há tempos pelo Major Luís Cesariny Calafate ao importante diário de Caracas, "El Mundo".

Disse o prestigioso líder português, que na Venezuela só vem contando sim-

patias pelo aprumo que demonstra e pela sinceridade com que aborda todos os problemas que lhe são apresentados, a propósito do decantado "perigo comunista em Portugal":

"Em Portugal, não há comunistas e, os há, são bem poucos e muito pouco perigosos. Em Portugal, há apenas liberais e democratas, todos firmados num só desejo: libertarem-se das garras deste homem perigosíssimo para os interesses da Nação, que pela sua demorada permanência no poder só tem prejudicado as gerações que se vão sucedendo.

"O comunismo é um "slogan" perfeitamente planejado por todos os ditadores para intimidar outros poderes continentais ou extra-continenteis, por demais conhecidos. Além disso, o homem português, por sua natureza, não é "comunista". O português é um perfeito individualista, o que o torna incompatível com tal doutrina. Isto não significa que seja indisciplinado. A sua conduta construtiva, tanto nas colónias como nos países livres onde vive, coloca-o à frente dos grupos úteis, pelo seu trabalho, correção e honestidade".

ESCOLHIDOS OS ORIENTADORES DO "COMITÉ DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS DO CANADÁ"

TORONTO — Numa reunião em que participou elevado número de democratas portuguesas e que se realizou nesta cidade, foram tomadas importantes decisões quanto às normas de trabalho a adaptar no programa de acção, visado, por um lado, o esclarecimento da opinião pública canadiana quanto às arbitrariedades do regime fascista e, por outro, a colaboração a oferecer pelos portugueses do Canadá ao grande movimento de resistência contra Salazar.

Nessa reunião escolheram-se as seguintes pessoas para orientar o "Comité Democrático Português do Canadá": Fernando Ciriaco da Cunha, Joaquim Alves, D. Maria da Luz Pinto da Gama, D. Maria Alves, Fernando Martins e José Jordão. Podemos garantir aos leitores deste valoroso jornal que todos se mostram decididos a trabalhar decidida e corajosamente pela causa única e primeira que é redemocratização de Portugal. Como se sabe, a sede do referido Comité fica situada em: 14, Bellevue Ave., Toronto, para onde deve ser igualmente endereçada toda a correspondência respeitante ao "Portugal Democrático".

Um dos primeiros objetivos que vai procurar atingir-se será o de criar seções em diversas cidades do Canadá. Os primeiros contactos nesse sentido já estão a fazer-se, através de pequenos núcleos de democratas portugueses, os quais, esperamos, não tardarão a alargar-se.

De salientar o facto de na reunião em que se escolheram os representantes do "Comité Português do Canadá" terem sido recebidas inúmeras ofertas, nomeadamente a de uma sede própria; muito em breve, acreditamos que poderemos dar mais amplos pormenores desta oferta. De acentuar também o pormenor de muitos portugueses nos oferecerem decidida colaboração, mas solicitando o anonimato, pois receiam represálias contra as suas famílias em Portugal. A todos dizemos, através do nosso jornal, que todos os auxílios são bemvindos, mesmo anónimos.

Finalmente, queremos indicar que o projecto da realização, em São Paulo, do Congresso dos Democratas Portugueses foi acolhido com o maior interesse, esperando os portugueses do Canadá dar a essa importante manifestação todo o auxílio que estiver ao seu alcance.

Por último anunciamos, que os democratas lusos de Toronto preparam uma festa de confraternização, a propósito da data da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910.

O ÊXITO DE "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

BUENOS AIRES — A par das atividades da "Associação Democrática Luso-Argentina", que continua prosseguindo na sua tarefa de reunir elementos dispersos, o nosso jornal continua sendo excelentemente recebido por todos os democratas portugueses residentes na Argentina.

Cada número recebido — e esperamos que, de mês, os assinantes e leitores não deixem de aumentar — provoca natural alvoroço, pois traz sempre novas de que as organizações anti-salazaristas se preparam, mais eficientemente, para o combate ao regime fascista de Salazar.

Deste modo, "Portugal Democrático" afirma-se, mais do que nunca, o órgão da Resistência anti-salazarista. Todavia, para que o nosso jornal possa melhor ainda elucidar os portugueses espalhados pelo mundo, é necessário que os nossos compatriotas lhe ofereçam toda a colaboração. Em especial nos diri-

mos aos portugueses da Argentina, solicitando-lhes que contactem o representante do "Portugal Democrático" neste país, ao mesmo tempo que a todos sugerimos a constituição de grupos de amigos do jornal, cuja missão essencial seria a de divulgar o órgão da luta contra Salazar, angariando novos assinantes, sempre em número crescente.

MANIFESTAÇÕES CONTRA SALAZAR
PARIS — Embora lentamente, mas com segurança, o "Mouvement pour la Defense des Libertés au Portugal" progride, pois de várias regiões da França e até do estrangeiro chegam estímulos e adesões.

Com efeito, não só tem participado este movimento democrático em diversas reuniões públicas onde se debatem problemas da Democracia como ainda, por si mesmo, começou já atuando, no sentido de marcar a presença de este Povo mártir que é português em todas as manifestações aonde, livremente, é possível aceder. E podemos acrescentar que por toda a parte os representantes do MDLP têm sido acolhidos com simpatia por parte das organizações democráticas de outros países.

Recentemente, a propósito da recepção feita por Salazar ao ditador cubano Batista, o "Mouvement pour la Defense des Libertés au Portugal" fez divulgar um documento, no qual se declarava: "Não é a primeira vez que Salazar concede o direito de asilo a criminosos de guerra ou, pelo menos, a pessoas indesejáveis nos seus países. Assim se juntaram em Portugal os reacionários mais desprezíveis aos olhos do mundo, os quais, em perfeito acordo com o governo português, conspiraram contra os governos democráticos de outros países.

"Durante a última guerra, Salazar auxiliou abertamente Hitler e sempre manifestou o seu ódio pelas democracias. Hoje, continua a sua política de tirania, espezinhando a vontade popular, atingindo, até, o setor católico.

"Foi em Portugal que Sanjurjo e seus cúmplices prepararam a conspiração contra a jovem República espanhola; foi lá também, sob a máscara de uma imprensa neutralidade, que o tráfico de armas e de mercenários de Franco pôde efetuar-se. Recordamos que nas fileiras franquistas se incorporam 10.000 portugueses, a maior parte dos quais pertenciam ao exército regular.

"Hoje, Salazar recebe cordealmente o ex-ditador Batista, considerado o seu país como criminoso de guerra. Esta atitude, absolutamente hostil ao governo e ao povo cubanos, envergonha Portugal e o seu povo. Perante esta afronta, os Democratas Portugueses residentes em França não podem deixar de protestar contra o governo de Salazar e esclarecer a opinião pública: que os atos de tal governo significam mais uma arbitrariedade por parte de um regime que, infelizmente, se mantém ainda contra os desejos da maioria do país".

Preparam também os democratas portugueses residentes em França diversas manifestações para comemorar a gloriosa data de 5 de Outubro, destacando-se, entre essas comemorações, um almoço de confraternização a realizar num restaurante parisiense no dia 4 próximo. Do que ocorrer nesse almoço, procuraremos dar um breve resumo no "Portugal Democrático" — o jornal que é, cada vez mais, o porta-estandarte da revolta no Mundo contra Salazar.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Jornal ao serviço da Democracia Portuguesa, órgão da Resistência contra Salazar, "Portugal Democrático" congrega hoje todos os núcleos anti-fascistas espalhados pelo Mundo inteiro. Pequenos grupos isolados puderam reunir-se graças ao nosso jornal e iniciar, assim, uma acção que, entretanto se alargou e solidificou.

Aqueles portugueses que vivendo em terras estrangeiras, não puderam ainda formar núcleos ou associações democráticas oferecemos as nossas colunas, para que desenvolvam as manifestações anti-salazaristas que, até agora, devido ao isolamento em que permanecem, não conseguiram desenvolver.

Escrevam-nos pois, enviando não apenas sugestões, mas procurando também, por intermédio de "Portugal Democrático" contactar os inúmeros portugueses democratas que só esperam a oportunidade de participar no grande movimento anti-salazarista que está crescendo em todo o Mundo.

I Conferência Sul-americana pró anistia dos presos políticos portugueses e espanhóis

Realizou-se no dia 20 de setembro no Cine-Teatro Paramount, às 10 horas, a reunião promovida por iniciativa de entidades de bairros, sindicais, populares, estudantis, femininas, religiosas e outras, bem como de parlamentares, de apoio e em favor da anistia dos presos políticos espanhóis e portugueses. A solenidade, foi presidida pelo sr. Sebastião Costa, presidente da Federação das Sociedades Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo e que ao mesmo tempo é o presidente da junta executiva pró-anistia.

A concentração popular adotou diversas resoluções, destacando-se as que se seguem: realizar nesta capital, na primeira quinzena de dezembro próximo, a 1.ª Conferência Sul-americana pró-anistia dos presos políticos espanhóis e portugueses, expedir telegramas aos presidentes Frasco e Salazar, comunicando ter a assembléia popular resolvido formular um apelo a ambos os governantes, para que seja concedida ampla anistia em seus países aos presos políticos; telegrama ao secretário-geral da ONU, a fim de que interceda junto à Espanha e Portugal para que os termos da Carta de Diretores da ONU sejam respeitados nesses países, sob pena de expulsão desse organismo e, finalmente, ampliação da campanha pró-anistia, através de mesinhas nas vias públicas da capital, com a finalidade de serem colhidas assinaturas de populares nos abaixo-assinados que serão enviados ao presidente Juscelino Kubitschek, por uma comissão a ser oportunamente constituída, integrada por representantes de todas as classes sociais, em que se solicita a intercessão do governo brasileiro, por vias diplomáticas, junto aos governos da Espanha e de Portugal, em favor da anistia para os presos políticos naquelas nações.

5.000 ASSINATURAS

Vários oradores fizeram-se ouvir, entre os quais o presidente da Campanha, que declarou já ter em seu poder abaixo-assinados com 200.000 assinaturas, coletadas nos bairros, nas escolas, nas fábricas e em diversos outros locais de São Paulo. Quando da entrega do memorial, ainda em novembro próximo espera ter pelo menos 500.000 assinaturas nos abaixo-assinados. A comissão incumbida de fazer a entrega do documento também se entenderá sobre o assunto com os consules em São Paulo e embaixadores de Portugal e Espanha no Rio de Janeiro, com a finalidade de fazer sentir a esses representantes diplomáticos seu repúdio a qualquer regime ditatorial.

Houve ainda uma parte artística, a cargo de artistas de emissoras de rádio e televisão, que executaram números folclóricos hispano-luso-brasileiros.

Para evitar qualquer interpretação errônea, publicamente se esclarece que os correspondentes deste jornal não são, necessariamente, as pessoas indicadas como representantes, quer no Brasil, quer noutros países. As notícias são redigidas nesta Redação, de acordo com os elementos chegados de diversas procedências. Os representantes locais de "Portugal Democrático" têm apenas como missão específica a divulgação do jornal. Só o Conselho de Redação é responsável por todos os artigos e notas não assinados.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Diretor-Responsável
Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO
João Alves das Neves, Fernando Lemos, Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura.

REPRESENTANTES
RIO DE JANEIRO — SUCURSAL:
Rua Alexandre Mackenzie 12, sala 10 — Telefone: 43-5110
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 18 horas
FORTALEZA: dr. Carlos d'Alge - Rua Senador Pompeu 832 - Fortaleza - Ceará
PORTO ALEGRE: Luís Firmino de Vilhena - Caixa Postal 413 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

CANADÁ: Fernando Ciriaco da Cunha - 14, Bellevue Ave., Toronto - Ontario - Canadá
FRANÇA: Tomás Ferreira Rato - Rue Christine, Paris, 6
VENEZUELA: Dr. Jorge Silveira, Apartado Correos 3826, Caraballeda - Caracas.

ARGENTINA: Jorge António - R. General Hornos n.º 1.000 - Caseros - Província de Buenos Aires

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 - Sala 2 - Caixa Postal 3294 - Tel.: 37-0933 - São Paulo

EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas.
Sábados: das 15 às 18 horas.
Número avulso: 5,00 cr.
Assinatura especial: 100,00cr.

Ano III N.º 29 Outubro de 1959

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

CONGRESSO DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Realiza-se no próximo dia 31 de Janeiro em São Paulo o Congresso dos Democratas Portugueses.

Conforme já divulgamos em "Portugal Democrático" esse congresso tem o seguinte teor:

- I — Educação e Cultura.
- II — Economia, Comércio, Agricultura).
- III — Ultramar.
- IV — História da República.
- V — Democracia, Liberdade, Direitos do Homem.
- VI — Comunidade Luso-Brasileira.

A comissão executiva do Congresso dos Democratas Portugueses é constituída pelos senhores:

Paulo de Castro e Vitor Ramos (co-ordenadores), João Sarmiento Pimentel (em representação do Centro Republicano Português), Adolfo Casais Monteiro, Almirante Amador, Antonio Amorim, Carlos Cruz, Carneiro Franco, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, João Alves das Neves, João de Magalhães, Jorge Fidelino de Figueiredo, Manuel Rodrigues Lapa, Maria Archer, Ricardo Seabra e Tito Miranda.

São numerosas as adesões já recebidas bem como em número considerável as teses que estão em preparação (segundo estamos sendo informados) para serem debatidas nesse congresso realizado sob a égide da gloriosa data republicana de 31 de janeiro.

As inscrições ainda estão abertas para o Congresso dos Democratas Portugueses e os interessados ainda têm tempo suficiente para a preparação das teses que desejarem, apresentar porquanto o prazo de inscrição terminará somente a 13 de janeiro de 1960.